



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDRÉA CARLA SOARES GOUVEIA

**A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NO
CARIRI PARAIBANO**

**SUMÉ -PB
2014**

ANDRÉA CARLA SOARES GOUVEIA

**A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NO
CARIRI PARAIBANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande como requisito ao título de licenciada em Ciências Sociais. Orientado pela professora Me. Sheylla de Kássia Silva Galvão.

Orientadora: Professora Ma. Sheylla de Kássia Silva Galvão

**SUMÉ-PB
2014**

G719r Gouveia, Andréa Carla Soares.
A representação feminina no poder legislativo municipal no Cariri Paraibano. / Andréa Carla Soares Gouveia. - Sumé - PB: [s.n], 2014.

66 f.

Orientador: Professor Ma. Sheylla de Kassia Silva Galvão

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Poder legislativo – representação feminina. 2. Mulher na política. 3. Relações de gênero. I. Título.

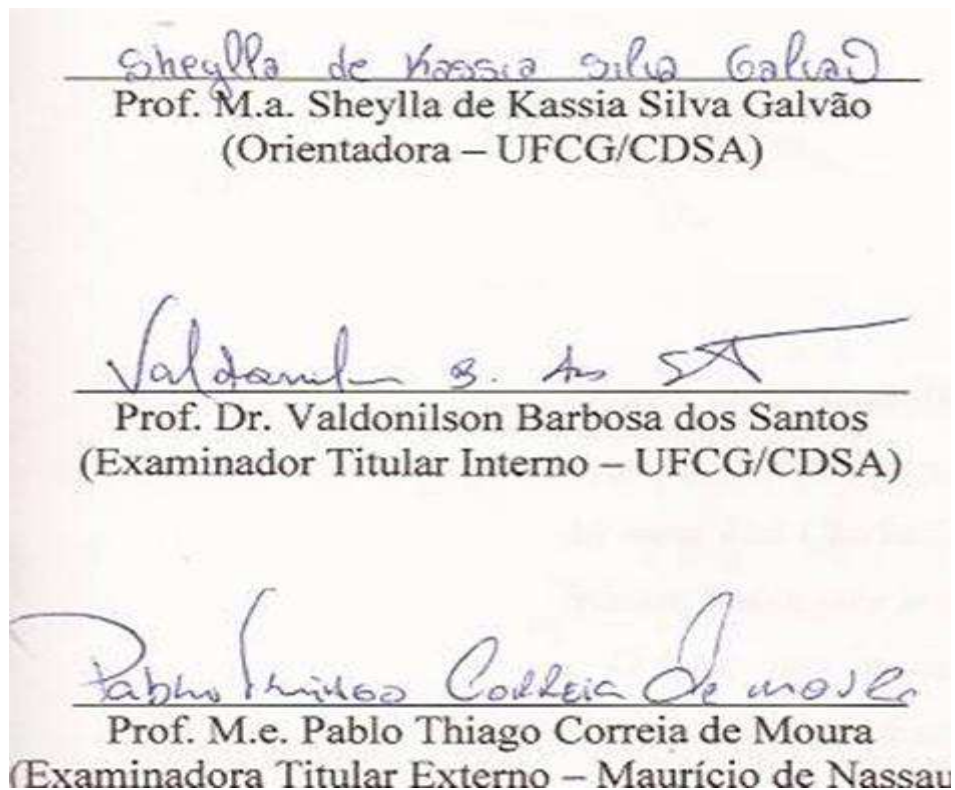
CDU: 32(043.3)

ANDRÉA CARLA SOARES GOUVEIA

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NO
CARIRI PARAIBANO

APROVADA EM: 23 / 04 / 2014

BANCA EXAMINADORA:



Dedico este trabalho, com muito amor e respeito, aos protagonistas da minha história: Ao meu Pai Clodoaldo Soares, a minha Mãe Ivanice Sales, aos meus avós maternos Amaro e Otávia, aos meus avós paternos Vicente Soares e Maria José, que me educaram com muito amor, atenção, valores e carinho, me tornando a pessoa que sou hoje. A quem devo todos os esforços que fizeram por mim e por minha educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer principalmente ao autor da minha história: Deus. Por ter me dado a oportunidade de viver e as forças que necessitei para realizar essa etapa em minha vida. A Maria santíssima.

Ao meu pai Clodoaldo Soares e minha mãe Ivanice, meu porto seguro, que sempre idealizaram essa realização para minha vida e não mediram esforços para que ela acontecesse. A minha irmã Caroline e meu irmão Vicente jóias preciosas pra mim.

Com enorme gratidão a minha tia Lúcia que me acolheu durante todos esses anos em sua casa, permitindo que me sentisse como filha. Aos meus primos: Abraão, Alan, Neto, Alilson e sua esposa Eveline que se tornaram grandes irmãos pra mim.

Agradecer a Toda a minha Família, aos meus avós maternos Otávia e Amaro, aos meus avós paternos Maria José e Vicente, minha bisavó Lia. Aos meus Tios e Tias, que são para mim peças fundamentais, a tia Dete, a tia Nebia por todo o apoio prestado, tia Ivone, a tia Ivonete ,tia Ilsa ,tia Isabel, tia Fatima , tia Angelita, tio Onildo, tio diquinha e todos os outros por todo apoio e a todos meus primos e primas. Aos meus padrinhos Aparecida e Renato.

A minha família de Fé o EJC e Pastoral da Juventude, que fizeram de mim uma pessoa preenchida do amor de Deus. Agradecer a todos os meus amigos que em um momento de fraqueza em minha vida não mediram esforços pra me encorajar a não desistir do curso.

Aos amigos que adquirir em Sumé; agradeço a Givaldo, Everaldo, Dona Ilda, Lindinalva, Diana,Lúcia e demais pessoas que o destino colocou em minha vida.

Agradeço carinhosamente ao TUCA (Teatro universitário do Cariri) do CDSA, na pessoa do professor Duílio Cunha, a todos os componentes do grupo que passaram e ainda estão no grupo, pois foram essas pessoas que me motivaram a quebrar barreiras.

Agradeço a todos os meus professores do CDSA, ao professor e coordenador do Curso Valdonilson Barbosa. A minha professora, orientadora e amiga Sheylla Galvão que é um exemplo profissional e pessoal pra mim e esteve sempre ao meu lado me motivando e mostrando os caminhos certos a seguir. E mesmo com todos os acontecimentos nunca me deixou sozinha. Agradeço aos amigos que conquistei na universidade, que por muitos momentos tornaram o fardo mais leve com o carinho dedicado, a Juliana, Rosines, Gilianne, Tamires, Carleanne, Reny, Daly e Jussara. E todos os outros que os nomes não caberiam aqui.

A vocês o meu muito obrigado.

Ser mulher...
É viver mil vezes em apenas uma vida.
É lutar por causas perdidas e sempre sair vencedora.
É estar antes do ontem e depois do amanhã.[...]
Ser mulher...
É caminhar na dúvida cheia de certezas.[..]
Ser mulher...
É chorar de alegria e muitas vezes sorrir com tristeza.
É acreditar quando ninguém mais acredita.
É cancelar sonhos em prol de terceiros.
É esperar quando ninguém mais espera.[...]
Ser mulher...
É estar em mil lugares de uma só vez.
É fazer mil papeis ao mesmo tempo.[...]
Ser mulher...
É estender a mão a quem ainda não pediu.
É doar o que ainda não foi solicitado.[...]
Ser mulher...
É ser princesa aos 20... Rainha aos 30...
Imperatriz aos 40 e... "Especial" a vida toda.
Ser mulher...
É conseguir encontrar uma flor no deserto.
Água na seca... Labaredas no mar.[...]
Ser mulher...
É saber ser super-homem quando o sol nasce.
E virar Cinderela quando a noite chega.
Ser mulher...
É ter sido escolhida por Deus para colocar no mundo os homens.[...]

Silvana Duboc

RESUMO

Durante muito tempo a mulher foi ignorada pela sociedade que a tornava incapaz de participar de episódios relevantes do meio social. A participação da mulher era retida, não podia exercer nenhuma função proeminente que não fosse à doméstica. Não podia trabalhar fora de casa, tão pouco no meio político, nem votar em seus representantes, quanto mais exercer um cargo político. Aos poucos a mulher foi ganhando espaço considerável nas questões que estavam além do familiar. Este trabalho faz um levantamento da participação da mulher na política, trazendo experiências de ex e atuais vereadoras de três (3) municípios do Cariri Paraibano: Livramento, Taperóia e Sumé. O trabalho abordar a história de lutas e conquistas da mulher por sua participação política, os motivos pelo qual uma mulher se candidata, constatando sua atuação no poder legislativo municipal, verifica o que essas representantes estão fazendo para a melhoria e atendimento para a mulher, averiguando as contribuições que elas trazem para sociedade feminina. Obtendo um índice de representantes femininas legislativas em todo cariri paraibano. Utilizando das análises das entrevistas, e quadros quem trazem resultados e amostra da participação e representação política da mulher do Cariri Paraibano.

Palavras chaves: Participação Política da Mulher. Representação. Vereadoras. Casa Legislativa. Relações de Gênero.

ABSTRACT

For a long time the woman was left out by the society that made her unable to participate in relevant episodes of the social environment. The participation of women was repressed could not exert any prominent role that was not domestic. Couldn't work outside home, neither in politics, not vote for their representatives, and couldn't exercise a political office. Gradually the woman was earning considerable space beyond the family issues. This paper makes a survey of women's participation in politics, bringing experiences of former and current councilors of three (3) municipalities of Cariri Paraibano: Livramento, Taperoá e Sumé. The work covers the history of struggles and achievements of women in political participation, the reasons for which a woman pleads this load, noting his performance in the municipal legislature, checks that these representatives are doing to improve and care for the woman, checking the contributions they bring to female society. Getting an index of female parliamentary representatives throughout Paraiba cariri. Using analysis and transcriptions of interviews with councilors, data and historical paintings bring a sample of the situation of political participation and representation of women Cariri Paraiba.

Key-Words: Political Participation of woman. Representation. Councilors. Legislative house. Gender relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Maria do socorro Sousa	41
Quadro 2.	
Martinha Maria da Conceição.....	42
Quadro 3	
Joana Paula Farias Pereira	42
Quadro 4	
Áurea Lúcia de Farias Mota.....	43
Quadro 5	
Maria Sileide Barreto Pinto.....	44
Quadro 6	
Margarete Carvalho de Araújo Queiroz.....	44
Quadro 7	
Rita Albino Rafael.....	45
Quadro 8	
Donzilia Martinaina da Silva Neta.....	46
Quadro 9.	
Fabiola Ferreira da Silva.....	47
Quadro 10	
Vereadoras do Município de Livramento.....	53
Quadro 11	
Vereadoras do Município de Sumé.....	54
Quadro 12	
Vereadoras do Município de Taperoá.....	55
Quadro 13	
Vereadoras presidentes do município de Livramento.....	56

LISTA DE TABELA

Tabela 1

Estatística por sexo de candidatos e eleitos do Cariri Paraibano.....48

Tabela 2

Demonstrativo das vereadoras eleitas no Cariri Paraibano.....51

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	12
2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS	15
2.1 HISTORIOGRAFIA DAS LUTAS FEMININAS POR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA... 15	
2.2 A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL..... 19	
2.2.1 Marco Jurídico-Político para Participação Eleitoral e Parlamentar Feminina: a Lei de Cotas.....	20
2.3 A MULHER NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO COMO CIDADÃ	22
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	26
3.1 CENÁRIOS DA PESQUISA	26
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO	27
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	27
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	27
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	28
4 TRATAMENTOS DOS DADOS: análise de dados e resultados	29
4.1 PRINCIPAIS DIFICULDADES NA TRAJETÓRIA POLÍTICA E DENTRO DA CÂMARA MUNICIPAL	29
4.2 A ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DAS VEREADORAS EM ÂMBITO LEGISLATIVO.....	32
4.3-O QUE AS VEREADORAS E EX-VEREADORAS ENTENDEM POR PRECONCEITO DE GÊNERO.....	35
4.5 QUADROS HISTÓRICOS DAS VEREADORAS ENTREVISTADAS.....	40
4.5.1 As vereadoras do Município de Livramento – PB	41
4.5.2 As vereadoras do Município de Taperoá - PB.....	43
4.5.3 As Vereadoras do Município de Sumé – PB	45
4.6 DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS NO CARIRI PARAIBANO.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62
Apêndice A	65

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	65
Apêndice B	66

1 INTRODUÇÃO

A participação política é um direito e dever de todo cidadão. É consequência do exercício da cidadania, e está declarada e concedida a todos os seres humanos, sem distinção. Como presume o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios, públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A participação política de modo geral, é um direito incontestável, e ela não se traduz apenas ao exercício do voto. A participação política pode ser exercida de várias formas, nesse trabalho será enfatizada a participação da mulher eleitoral, como representante legislativa municipal.

A condição de participação política nem sempre esteve ao alcance de todos os gêneros. A mulher é prova viva disto, a luta pela busca de sua participação e representação política foi intensa. Ao falar da participação da mulher na política e sua representação é preciso compreender a história de lutas que as mesmas passaram para chegar à conquista de sua participação. Assim, dentro destas, encontra-se fortes discussões que perpetua até os dias de hoje.

Compreendendo a necessidade de instigar esse tema preocupando-se com a ausência dessa imagem, podemos então entender o papel da mulher na sociedade que embora ainda pouco reconhecido esteja muito além do trabalho domiciliar, a mulher por sua vez se descobre dentro do campo de trabalho e exerce seu papel no lar e fora dele.

O que se discute é a desigualdade de gênero existente entre as mulheres e os homens em relação ao trabalho e sua participação na sociedade. Existe uma ideologia da natureza feminina como discute a autora Ruth Hubbard:

A ideologia da natureza feminina pode diferir drasticamente da realidade da vida das mulheres e até mesmo se opor a ela. Na verdade a ideologia muitas vezes cria uma cortina de fumaça que obscura as formas de viver das mulheres e faz com que as pessoas se desviem da realidade ou levantem questões errôneas sobre elas. (HUBBARD, 1993, p. 24).

Tal ideologia pressupõe que as mulheres por natureza tinham conduta diferenciada do homem, logo, por muito tempo a mulher sofreu com a desigualdade de gênero, com opressão e preconceito estando impedida de participar ativamente do meio político. Seu papel era determinado pela sociedade. A mulher considerada uma simples dona de casa, mãe de

família, mantinha suas obrigações restritas ao lar e não cabiam a elas o direito ao estudo, profissão, emprego e muito menos ao poder político, enquanto o homem mantinha-se a frente das decisões.

Com isso a mulher não possuía participação na política, nem direito ao voto, tão pouco o direito a ser votada. No século XX organizou-se o Movimento Feminista que dentre as muitas lutas e movimentos feministas podemos destacar o movimento sufragista que emergiu no Brasil em 1919, esse movimento possibilitou a conquista do direito ao voto que foi concedido à mulher no dia 24 de fevereiro de 1932, através do decreto nº. 21.076, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Contudo apenas as mulheres casadas passaram a possuir o direito ao voto, excluindo as mulheres solteiras e viúvas desse direito. (DUARTE, 2011).

Uma medida tomada para melhoria da participação da mulher na política foi a Lei das cotas, aprovada em 1995, a lei 9.100/95 que garantiu as eleições de 1996, em 1997 foi votada a lei nº 9.504 que permitiu a ampliação das cotas de 20% para 30% nas candidaturas de mulheres.

Diante do interesse de entender a participação da mulher na política e sua representação no contexto do cariri paraibano, onde perceptivelmente a mulher ainda possui pouco reconhecimento e atuação, esse trabalho torna-se importante na medida em que busca identificar a existência dessa representação feminina dentro do poder legislativo municipal.

De acordo com Teles (2006, p.81-82) "A ausência da representação feminina na política viola os direitos humanos. Prejudica não só os interesses das mulheres, mas de toda a humanidade, pois se encontra mutilada a representação política, o que resulta em prejuízos econômicos e sociais".

A necessidade da mulher está inserida no meio político reforça a preocupação em pesquisar sua inserção dentro da vida política. Tendo em vista que a cada dia a mulher vem buscando seu espaço político na sociedade e sua participação na política não apenas como uma mera eleitora, como também representante de poder seja ele Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Este estudo foi destinado à representação do Poder Legislativo no cariri paraibano, especificamente nas cidades de Livramento, Sumé e Taperoá. Devido à amplitude do tema, a pesquisa englobou a representação legislativa da mulher com amostragem de vereadoras de três câmaras municipais dos municípios citados, onde foi possível entrar em contato com vereadoras que contribuíram para pesquisa, sendo relevante verificar a participação e representação das mesmas nesse poder.

O presente trabalho tem como objetivo abordar a história de lutas e conquistas da mulher por sua participação política, o motivo pelo qual leva uma mulher a se candidatar, bem como constatar a participação e atuação no poder legislativo Municipal, partindo das pesquisas feitas nas câmaras municipais e com as vereadoras pode-se ter um aparato da situação que se encontra a mulher com relação a sua participação, apontando os fatores que levaram as vereadoras a candidatura. Verificando o que essas representantes legislativas municipais estão fazendo para a melhoria e atendimento para a mulher, averiguando as contribuições que elas trazem para sociedade feminina. E por fim um levantamento do índice de representantes femininas legislativa no cariri paraibano.

Por tanto esse trabalho designa fontes importantíssimas ao trazer a realidade da participação política da mulher , assim como também essa temática como alvo dos estudos das Ciências Sociais , da Ciência Política como também da Antropologia, torna-se estudo não somente acadêmico e sim como proposta de inserir tal temática como tema de aula para os alunos de ensino médio. Observando a necessidade de conhecer campos que muitas vezes se tornam distante de nossa realidade.

2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS

2.1 HISTORIOGRAFIA DAS LUTAS FEMININAS POR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

A mulher para chegar a sua participação na política travou grandes batalhas, tais como a luta pelo direito ao voto, e a educação. O interesse de entender o processo de lutas vem se tornando tema de discussões atuais nos campos sociológico, histórico, político, jurídico e econômico. Entendendo que a busca da mulher por seu espaço político e seus direitos embora que recente, remete já há alguns anos. Os estudos sociológicos, antropológico, jurídicos, históricos mostram que as mulheres já lutavam por seus direitos há mais tempo (TELES 1993).

De fato, a mulher tem buscado maior reconhecimento, e maior participação na sociedade, observando essa busca, é preponderante entender como vem ocorrendo o processo pelo exercício de sua participação política.

Por muito tempo a mulher era posta como inferior e incapaz de ocupar cargos de autoridade, os quais somente os homens estariam preparados devido a sua virilidade, esse era considerado o único ser capaz de assumir a frente os interesses de uma sociedade. Dificilmente a mulher ocuparia uma posição maior ou igual a do homem. Por ser tida como um ser fraco e sensível, por muito tempo manteve-se longe das representações políticas. (BOURDIEU, 1999) o homem como o dono da verdade, forte, e dotado de autonomia e capacidade física e intelectual, talha a mulher como um ser incapaz de desempenhar outros papeis.

A mulher perpassou por momentos difíceis, desde a Idade Média aos dias de hoje, suas condições de vida estiveram diferenciadas dos homens assim como também, suas classes sociais as diferenciava até mesmo com seu próprio sexo.

Na Idade Média a mulher existia situações excludentes, a mulher nobre na época tinha direito a educação era educada em conventos, é importante lembrar que a educação recebida por estas era uma educação com intuito de qualificá-las para serem uma perfeita dona de casa, diferentes das plebeias que permaneciam iletradas trabalhando para o enriquecimento dos nobres. Permanecendo da mesma forma no feudalismo, onde as mulheres pobres continuavam trabalhando para os feudais e a mulher nobre casava-se com os donos dos feudos. Na transição do o feudalismo ao capitalismo podemos dizer que não houve grandes mudanças devido o Salario (SILVA, CARMO, 2008).

No entanto ao estudar a história da participação Política da Mulher no Brasil é possível enxergar algumas épocas que as mulheres tiveram uma participação política. Como, por exemplo, o Brasil colonial. Segundo Teles:

Mulheres de classes distintas se destacaram nos acontecimentos daquele período. A contribuição histórica de cada uma ficou certamente condicionada ao vínculo político: houve aquelas que apoiaram as foram regadas iniciativas do colonizador e as que se comprometeram com as ideais das maiorias colonizadas. De ambos os lados foram, todas foram relegadas ao esquecimento pela historia oficial. (TELES, 1993, p 22)

Quando a autora coloca essa discursão, provoca que tenhamos um entendimento que a participação da mulher na política, existiu em épocas passadas, mas a própria história a desprezou. É evidente que no Brasil colonial, as mulheres sofriam com a ausência de sua importância, como o caso das mulheres escravas, e de classe baixa que eram exploradas e violentadas. As mulheres das classes dominantes alcançavam um maior papel na época, como por exemplo; Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Sousa, donatário de 100 léguas, quando seu marido volta a Portugal, Ana foi nomeada por Dom João III para governar a capitania de São Vicente. Ana Pimentel assumiu o controle administrativo e político da capitania, deixando de lado o luxo da metrópole (TELES 1993). Com isso, concebe-se que a mulher teve um forte papel nessa época, embora instruída pelo homem, mas chegando a representatividade, deixando de lado o papel de dona do lar.

Porém, a condição da mulher não permaneceu nesse ritmo, a saída do homem ao mercado de trabalho e a obrigação da mulher em cuidar do lar e dos filhos foi algo determinante na vida social das mesmas. Entendendo que:

A presença da mulher na esfera pública gerou na sociedade uma série de questionamentos – a mulher deveria apenas ater-se aos afazeres domésticos, eram educadas para serem “perfeitas donas-de-casa”, verdadeiras “*Rainhas do Lar*”. As mulheres não deveriam fugir a este “modelo” conservador tradicional de sociedade. Qualquer mudança de comportamento ou rebeldia contra este tipo de educação colocava a reputação das mulheres em questão, pois, a estas não era permitido ir de encontro a este modelo de educação. (DUARTE, 2011, p. 11)

As mulheres se mantiveram submissa às vontades dos homens por muitos anos, á ideia de “Rainha do Lar” onde A Mulher não tinha sua própria autonomia, espaço para escolher sua vocação e que caminho queria percorrer. A educação que lhe era dada não a possibilitava se quer a pensar esses fatores, a educação da mulher se retinha a treiná-la para ser uma dona de

casa, esposa e mãe sem nenhuma pretensão de busca por sua educação. Educação essa passava os valores de uma mulher de geração em geração.

Segundo Rousseau, a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização, ‘natural’ e coloca-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta: “Toda educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e horada por eles, educa-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável- são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e que lhes deve ser ensinado desde a infância” (ROUSSEAU *apud* ALVES, PITANGUY, 1985, p 35).

Como afirma Rousseau, as mulheres por si já são destinadas a uma educação programada a serviço dos homens, seus deveres se restringiam a dedicação para com eles, na busca de agradar a classe masculina, esquecendo-se de seus próprios interesses.

No entanto, a ideia de uma mulher conservadora, doméstica, instrumento de procriação, “Rainha do lar”, vem sendo modificada pela modernização. Com a revolução industrial no século XIX, a mulher entra no mercado de trabalho começando a desempenhar os mesmos papéis que os homens, porém com remuneração diferenciada, com valor inferior a dos homens. (RAGO, 1987).

Através dessa industrialização e a modernidade, surge à necessidade da mão de obra das mulheres aos poucos foram inserindo na sociedade tomando consciência que seu papel está além do doméstico.

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas passaram a ter convivência coletiva e consciência da sua condição de inferioridade enquanto ser social. Os jornais que circulava na época mostravam duas imagens femininas, uma mulher submissa, que não sabe lutar pelos seus direitos e outra bem diferente que aparece como uma lutadora, que sai às ruas e enfrentam as autoridades públicas e políticas. (DUARTE, 2011, p.25)

Na medida em que a mulher foi percebendo que seu papel na sociedade estava além de afazeres domésticos e que a mesma é parte fundamental observa-se que sua posição não deve estar mais submissa ao homem. Entende-se que:

A afirmação de que a mulher deve ser Natureza afigura-se, portanto, cada vez mais estranha à própria mulher à medida que ela se torna mais consciente de si enquanto ser humano, enquanto participante do esforço, do trabalho humano (DUARTE *apud* PELLÉ-DOUËL: 1973 p. 47).

Assim, a mulher tem não só por direito, mas por dever de assumir seu papel de cidadã na sociedade buscando a evolução de sua participação ativa no âmbito político. Com isso através dos movimentos feministas, que levaram as mulheres as ruas na busca pelos seus

direitos e reconhecimento, ocorridos a no final do século XIX e início do século XX contribuíram para a conquista de sua integração.

Para adentrar ao movimento marco do processo de conquista da mulher por sua participação política, o movimento sufragista. É de grande importância entender o que é o feminismo, segundo COSTA (apud SOARES, 1998, p.33) “O feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática ética e tomam as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmo e ao mundo”.

Com isso, é possível enxergar que o feminismo tem como proposta igualar os direitos da mulher. O movimento feminista concebe uma identidade as mulheres, possibilita a construção de lutas que fazem com que a mulher rompa com sua educação tradicional e passe a enxergar outros horizontes, podemos assim entender que:

O movimento feminista trouxe para o interior dos partidos políticos a questão da mulher. (...) formando uma consciência a respeito da importância da transformação da mulher, legitimou, desta forma, o debate em torno da questão, antes religado a um plano marginal, tanto ao nível do político quanto científico (DUARTE *apud* ALVES; PITANGUY, 1981, p. 69).

Uma mulher que marcou a luta feminista foi Bertha Lutz, tida como primeira pregadora na campanha pelo voto feminino, ao enviar uma carta à revista da semana do Rio de Janeiro, mostrando a indignação com as diferenças existentes entre as mulheres e os homens. Ela convocou as mulheres para formar uma liga para emancipação intelectual da mulher, ao mesmo tempo deixou claro algumas divergências existentes com alguns comportamentos das sufragistas, para ela as feministas não são mulheres de cabelo curto, com roupas masculinas perdendo sua forma (ALVES, 1985). Em 1919, Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em seguida nomeada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização, tal organização que levou adiante a luta pelo sufrágio. (ALVES, PITANGUY, 1985)

O movimento pelos direitos das mulheres ocorre com o movimento sufragista, vinculado a uma classe de mulheres que tinha acesso à escolaridade e participava dos círculos políticos da sociedade. As primeiras mulheres graduadas em Direito encontraram dificuldades em exercer a advocacia. Algumas feministas se uniram com o desejo de conquista pela igualdade de direitos até o ponto de exigir o voto. (DUARTE, 2001, p.19)

Entretanto entenderemos esse processo de direito ao voto no próximo ponto, onde de forma sucinta, é descrito como aconteceu a conquista do direito de votar e ser votada da mulher. Assim como a busca por um espaço mais amplo nesse campo político.

Os estudos feitos e registados sobre o tema mostram o quanto o processo de luta da mulher percorreu uma longa trajetória que merece ser revista para assim obter melhor conhecimento sobre o tema que permitirá entender a atuação da mulher nos dias de hoje.

2.2 A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL

Por muitos anos foi negada a mulher o direito ao voto, só os homens possuíam esse direito, com o passar dos anos, o ingresso da mulher no mundo do trabalho, a escolaridade das mulheres de classe alta, possibilitou a luta por seus direitos através dos movimentos. Como citado anteriormente o movimento sufragista, que concebe o direito ao voto, foi uma grande batalha travada por direito ao sufrágio.

A luta pelo sufrágio universal, pela ampliação dos direitos não incluía, no entanto, o sufrágio feminino. Esta foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. (ALVES, PITANGUY, 1985, p.44).

A princípio o movimento sufragista não incluía as mulheres, o movimento do sufrágio feminino foi acontecendo de diversas formas e períodos diferentes em todo continente. Existindo lutas árduas e movimentações, prolongando por sete décadas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nos Estados Unidos através da convenção dos Direitos das Mulheres, onde depois de intensos debates foi aprovada uma ação que afirmava o dever do sufrágio as mulheres americanas. Na Inglaterra, no ano de 1865, John Stuart Mill, apresenta ao parlamento um projeto de Lei que concedia direito ao voto as mulheres. (ALVES, PITANGUY, 1985) É importante salientar que essas lutas principalmente na Inglaterra, tiveram organizações e representantes que denunciavam a exclusão da mulher.

No Brasil o direito ao voto para a mulher apoiou-se em movimentos feministas. O movimento que promoveu os direitos da mulher assim como em outros países foi o movimento sufragista. Esse movimento concebeu a mulher o direito a exercer o seu sufrágio.

O direito ao voto no Brasil concedido à mulher através do decreto nº. 21.076, assinado por o presidente Getúlio Vargas. Como assim confirma Teles:

O direito de voto só se tornou realidade para as mulheres depois da Revolução de 30. Esta, embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes simplesmente ignorados ou, no caso dos trabalhadores, tratados sempre como caso de polícia. Neste contexto foi que a luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, o voto incorporado à Constituição Brasileira de 1934, com a ajuda de Carlota Pereira de Queirós, a primeira Constituinte brasileira (TELES 1993, p. 46).

Entretanto, é proveniente que essa conquista, já existia no País antes do decreto de Getúlio Vargas, mulheres contempladas com o direito do voto como no caso do Nordeste, no estado do Rio Grande do Norte o primeiro estado a conceder o direito ao voto à Celina Guimarães Vianna, da cidade de Mossoró, seguida da Sra. Maria Terceira Dantas, da cidade de Macaíba. Logo em seguida, O Estado da Paraíba, na cidade de Santa Rita, em 1929, onde o Juiz Dr. Otávio Celso de Novaes deferiu requerimento eleitoral da Isabel Iracema Feijó da Silveira, justificando que, constitucionalmente todos são iguais perante a lei. (DUARTE; 2011) Quando o direito do voto das mulheres foi concedido por Getúlio Vargas em 1930, dez dos estados brasileiros já exerciam esse direito.

2.2.1 Marco Jurídico-Político para Participação Eleitoral e Parlamentar Feminina: a Lei de Cotas

A participação política da mulher em relação à do homem pode ser considerada pequena. A conquista do voto e o ingresso nas eleições não correspondem diretamente a uma participação ativa na política. Devido à construção social da mulher, a mesma não desperta tanto interesse em ser representante.

Com a intenção de mudar esse quadro, buscando igualar os direitos e representação política do gênero, torna-se necessário a adoção das leis que possam assegurar a inclusão da mulher nesse espaço. A Lei de cotas nos partidos torna-se uma nova maneira de enfrentar esse problema, possibilitando as mulheres chance de ingressar como candidatas, assim buscando promover a igualdade.

No ano de 1995, através da Lei proposta por a Deputada Marta Suplicy as mulheres passam a ter direito a compor parte das vagas de candidaturas. A lei de cotas Eleitoral de gênero 9.504/95.

No momento da aprovação da Lei de Cotas em 1995, a realidade não permitia mais de 30% e nem era possível a aprovação da obrigatoriedade do cumprimento das cotas. Porém a aprovação da Lei representou um ganho político, considerando a estrutura da sociedade onde as mulheres

representam metade da população e das relações patriarcais predominantes. (VAZ, 2008, p.54)

Em seguida em a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 decretada e sancionada diz em seu artigo 10 que:

Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher. § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. (BRASIL, 1997. p. 4)

Por fim, é possível justificar a necessidade de sancionar essas leis, como assim coloca ALVES:

Durante 60 anos, de 1932 até 1992, as mulheres brasileiras conseguiram obter no máximo 7% das cadeiras do legislativo municipal. Em 1994, as mulheres representavam 8% das Assembleias Legislativas do país e 6% da Câmara Federal. Para reverter essa situação de desvantagem foram promulgadas a Leis 9.100/95 e 9.504/97 inaugurando a política de cotas, com o objetivo de reverter o caráter excludente do sistema político brasileiro, nos aspectos de gênero. A Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997 no parágrafo terceiro do Artigo 10º, visando criar mecanismos de estímulo à participação feminina[...]. A Lei “reserva” 30% das vagas para cada sexo, mas não obriga que cada partido preencha as vagas destinadas para o sexo que tem representação minoritária. Em consequência, nenhum partido cumpriu a cota de 30% na média nacional nos últimos pleitos. Nas eleições municipais de 2004 a média nacional de candidaturas femininas para as Câmaras Municipais foi de 22% e a percentagem de vereadoras eleitas ficou em 12%. (ALVES, p.1, 2004)

De fato, as leis tem contribuído para mudar a realidade que antes existia , instigando as mulheres participarem mais ainda como representantes da sociedade, o fato de reservar uma determinada porcentagem para a candidatura do sexo feminino a representatividade de cada partido não garante uma total participação, mas produzir uma maior possibilidade a participação. Como Alves coloca, no ano de 2004, nenhum partido cumpriu a cota de 30%. No entanto, os registros mostram que no ano de 2004, em média nacional, 22% foram candidatas femininas e dessas 12% foram eleitas.

A participação política das mulheres é o caminho mais seguro para se obterem índices mais justos de equidade. A condição previa é garantir a

inserção das mulheres no campo político em condições igualitárias trata-se também de uma necessidade mundial, visto que no mundo inteiro a participação das mulheres não ultrapassa 10% , em média, com exceção de alguns países nórdicos onde elas se encontram mais inserida na política (TELES, 2006. p. 81).

Compreendendo por fim, que a participação política da Mulher, além de proporcionar a mulher uma maior autonomia e representatividade, a contribuição delas atuando no campo político também deve promover uma maior igualdade de gênero. No próximo ponto será relevante entender que todo o processo de luta da mulher por sua Participação política manteve-se com obstáculos que perpetuam até os dias de hoje, as relações de gênero, suas diferenciações promovem uma desigualdade social. Porém, ao mesmo tempo que quando inserida na sociedade no campo de participação deixa de ser um sujeito passivo e passar a desempenhar sua função de cidadã.

2.3 A MULHER NA LUTA CONTRA A DESIGUALDADE DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO COMO CIDADÃ

A participação política da mulher vem contribuir na luta contra a desigualdade de gênero, assim como seu ingresso como representante legislativa proporciona uma maior igualdade perante os homens e como cidadã. Partindo do pressuposto que ao possuir o poder de votar e ser votado, o indivíduo exerce sua cidadania.

Como vistas, as mulheres cada vez mais são convocadas a participar e a decidir os rumos de nosso país; no entanto, um simples voto das mulheres candidatas não garante mudanças em suas vidas, pois as desigualdades de gênero, no Brasil, vêm desde a época colonial, escravagista, racista, patrimonialista e, sobretudo, patriarcal” (SILVA, CARMO, 2008, p.20).

Com isso, observa-se que as mulheres por muito tempo sofreram e sofrem com essa desigualdade. Esse fator foi algo determinante por muitos anos na vida delas, em uma época totalmente patriarcal onde existia uma dominação seja de forma violenta ou simbólica mulher, a mulher predominantemente com padrões já definido insere-se em um mundo desigual, onde sua participação é retida pelas relações concedidas, o que remete a entender que mesmo com as mudanças e conquistas das mulheres por seus direitos, as mesmas ainda precisam não apenas da garantia de seus direitos. Mas, pelo exercício dos direitos para manter assim um maior equilíbrio e, conseqüentemente a igualdade de gênero.

Falar do feminino e não falar de gênero é um equívoco logo o conceito de gênero por tempo foi dirigida ao feminino, a uma relação de poder existente entre o sexo feminino e o masculino. Entendendo que na década de 60 e 70 a palavra gênero está referida ao sexo feminino como se a questão de gênero fosse algo pertencente apenas a um só sexo. “O gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1990. p.5).

O feminismo busca recompensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ou ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atribuídos do ser humano em sua globalidade. (ALVES, PITANGUY, 1985, p.9).

Perante os movimentos feministas concebe-se que esses foram essenciais na busca pelo reconhecimento de seu sexo, na luta pela desigualdade, reconhecimento das diferenças “O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens”. (SCOTT, 1990. p.13).

Os caminhos traçados pela mulher até sua chegada ao mercado de trabalho, sua participação e a conquista de seus direitos deixaram marcas pertinentes a entendermos as relações de gêneros existentes. Já entendendo que a mulher desde tempos passados sofre com a desigualdade dessas relações.

Sabemos, de antemão, que a dominação de gênero não deixa de ser uma das formas mais antigas de opressão. E que esta sempre esteve permeada nas diversas sociedades, desde a mais primitiva até a mais moderna. Portanto, devemos ressaltar que a internalização da cultura valores, crenças, normas, são atribuídas a cada um como sendo um modo de construção de identidade de gênero, onde a mulher passa a internalizar o espaço doméstico e o homem o público. (DUARTE, 2011, P.19-20)

Vitimada por relações preconceituosas, as mulheres passaram por momentos difíceis em sua história. O fato de ser mulher, já promovia uma desigualdade perante o homem, a dominação pertinente de gênero dava-se pelo fato do homem já ter seu papel definido na sociedade sendo de maior importância que o papel da mulher.

Como afirma Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher. O masculino e o feminino são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais

especificamente e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. aprendemos a se homens e mulheres e aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos.(ALVES,PITANGUY,1985,PA.55)

A mulher tende a ser um indivíduo de serenidade, afeto e cuidados, retendo-se aos seus afazeres domésticos, os valores perpassando para as elas eram valores atribuídos ao seu sexo, o sexo masculino não deve ter atribuições de tarefas que são preeminentes ao sexo feminino, assim a mulher também não desenvolveria tarefas que são por construção social atribuídas apenas aos homens. (SCOTT, 1990).

Diante disso, é preponderante entender o conceito de gênero como um conceito que se refere à construção social do sexo. Embora o estudo de gênero inicialmente ficasse conhecido como *História das Mulheres*. No entanto, o estudo de gênero não é estudar a história das mulheres.

O gênero se torna, aliás , uma maneira de indicar as construções sociais- a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1990. p. 7)

Como reafirma Scott (1990), o conceito de gênero está inteiramente ligado à construção dos papéis do homem e da mulher na sociedade, onde a sociedade tem como posição determinante na construção do gênero. Assim, compreende-se que a desigualdade de gênero é promovida pela própria sociedade, a construção do gênero feminino sempre esteve submissa ao homem, desde então é possível revelar a desigualdade entre homens e as mulheres, diminuído assim a possibilidade de igualdade entre os gêneros. Desde então os estudos tem mostrado que o gênero é o sexo socialmente construído desse modo, HEILBORN afirma que:

Gênero é um conceito que visa apontar para a não continuidade entre o sexo físico e o sexo social, e que tem sido usado por diversos campos de conhecimento. O comportamento esperado de uma pessoa e de um determinado sexo é produto de convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico (HEILBORN, sd)

Por isso, o gênero não tem por obrigatoriedade corresponder aos comportamentos atribuídos ao sexo feminino ou ao sexo masculino, os estudos já apontam para construção do gênero independente do sexo. As identidades de cada indivíduo são formadas socialmente por tanto as mulheres lutam por sua identidade de gênero e para obterem os meus direitos que os homens. Contudo, a mulher a cada dia trava batalhas para conquista sua igualdade e seus direitos lutando contra a desigualdade, logo:

A mulher na sociedade está mais consciente em sua tarefa no mundo político em que está inserida, mas devido as suas condições de fraqueza adquiridas ao longo da história, não procurou avançar eficientemente, como deveria ter progredido. A luta pela participação da mulher na sociedade é remota, ainda não é o suficiente para se alcançar o ideal pretendido que seria o de eliminar o diferencial socioeconômico existente entre os gêneros. E esse diferencial põe em risco a inclusão e continua incomodando as disparidades críticas, ao longo de sua história. (SILVA, CARMO, 2008, p.13).

Percebe que nos últimos tempos a mulher desperta para o interesse de sua participação política e melhores condições, assim como se identifica como a mesma pretensão de direitos que o homem. Perante isso, é válido ressaltar que todo processo de descoberta, participação, luta e iniciativa da mulher está intrinsecamente ligada a uma luta diária por sua percepção na sociedade, assim como possui o interesse de assumir seu papel como cidadã.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A realização do estudo ocorreu através de uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa. Com a utilização do método de entrevista semiestruturada. Essa entrevista possibilitou tomar conhecimento da vida e trajetória políticas das vereadoras do município de Livramento, Sumé e Taperoá.

Através de uma pesquisa exploratória, em que foi possível estudar de forma inovadora a participação da mulher na política em três cidades distintas do cariri. Promovendo assim uma pesquisa dividida em duas partes. Primeiro, um Levantamento Bibliográfico que possibilitou conhecer parte da história de luta das mulheres pelo seu espaço político e suas conquistas ao longo da história, em seguida com as entrevistas concedidas pode-se ter uma observação das práticas políticas das mulheres no poder legislativo nas câmaras municipais e a situação que se encontram essas mulheres dentro da Casa Legislativa.

Entendendo que a entrevista semiestruturada possibilitou perceber se existe uma atuação por parte das representantes legislativas para a melhoria e atendimento a mulher e como é a atuação das mesmas nas Câmaras Municipais. “a entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos” (MINAYO *apud* QUARESMA E BONI, 2005. P.72).

As pesquisas qualitativas na sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões qualitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa”. (MINAYO *apud* QUARESMA e BONI, 2005, p.70).

A pesquisa se tornou quantitativa na medida que se coleta dados para indicar o número de participação da mulher e torna-se qualitativa por a preocupação em descrever os valores atribuídos.

3.1 CENÁRIOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como referencia três Câmaras Municipais do Cariri. A Câmara Municipal de Sumé – Casa Cícero Soares, localizada na Rua Alice Japiacu de Queiroz, em Sumé-Paraíba, a Casa Severino Germano Filho, localizada na Rua Presidente João Pessoa, em

Livramento-Paraíba. E a Câmara Municipal – Corsino Farias de Souza, localizada na rua vinte e três de maio, Taperoá –Paraíba .

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A pesquisa teve amostra concedida por nove (9) vereadoras entrevistadas, três (3) do município de Sumé, três (3) do município de Livramento e três (3) do município de Taperoá

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram colhidos por meio de fonte primária documental, a partir de revisão Bibliográfica e documental, dados informais e através de entrevista semiestruturada. Entrevistas individuais com cada vereadora. Que possibilitou uma comparação entre o exercício das vereadoras de cada município realizando uma análise de discurso. O instrumento de coleta de dados constitui-se de um roteiro de entrevista semiestrutura com dezoito (18) perguntas (ver anexo B) E parte dos dados fornecidos de maneira online através do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) da Paraíba, que contribuíram para elencar o número de vereadoras por município, candidatas e eleitas no último ano de eleição, a saber: 2012.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Através dos dados colhidos foi possível tornar os objetivos da pesquisa em prática. Após tomar por conhecimento parte do processo histórico da mulher, percebemos as conquistas que a classe feminina vem conseguindo ao longo dos anos. A partir da pesquisa com o Poder Legislativo Municipal, entendemos qual a participação da mulher. Tomando o conhecimento da atuação da mulher por meios das entrevistas semiestruturada, foi possível utilizar as entrevistas para efetuar esse trabalho acadêmico.

O tratamento dos dados ocorreu da seguinte maneira, após realizar todas as entrevistas com as vereadoras e ao transcrevê-las foi possível coletar dados importantes que relatam a participação das mesmas na Câmara, assim como também as entrevistas possibilitaram a construção de quadros históricos da vida de cada vereadora, com base nas respostas pode-se fazer uma avaliação e comparação da situação que se encontra a representação feminina no poder Legislativo Municipal.

Com os dados disponibilizados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), foi possível fazer um levantamento quantitativo das representantes femininas no Poder Legislativo Municipal das cidades do cariri , assim como um levantamento de quantidade de mulheres

candidatas e eleitas fazendo uma comparação entre as cidades , como também mostrando a diferença entre a quantidade de homens e mulheres no âmbito da legislação municipal.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Seguindo o que preconiza a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que trata das pesquisas envolvendo seres humanos, foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A), no qual garante o anonimato dos participantes das entrevistadas, bem como o posicionamento ético diante das informações obtidas.

4 TRATAMENTOS DOS DADOS: análise de dados e resultados

Diante de todas as entrevistas realizadas foi possível enxergar o que as ex e atuais vereadoras têm em comum. Que dificuldades as mesmas perpassam seja na trajetória política ou dentro da própria Câmara, a atuação das vereadoras, que contribuições elas tem trazido para a população feminina, a existência de preconceito de gênero, e por fim uma análise da participação da mulher na política.

Nesse capítulo, tratarei os dados concedidos através das entrevistas feitas com as vereadoras, por questões éticas, não será revelado o nome das mesmas. Nas análises para diferenciar as falas de cada vereadora, serão enumeradas de 1 a 9.

4.1 PRINCIPAIS DIFICULDADES NA TRAJETÓRIA POLÍTICA E DENTRO DA CÂMARA MUNICIPAL

Apreendendo que na vida política muitas são as dificuldades que surgem em toda trajetória, como também dentro da Casa Legislativa, é evidente encontrarmos nos relatos das vereadoras diferentes formas de problemas identificados pelas mesmas.

Quando perguntado a elas quais dificuldades encontraram em sua trajetória política e na Câmara, parte delas relata que as dificuldades enfrentadas são o não cumprimento dos requerimentos enviados ao poder executivo, como relata a vereadora 7 (sete):

“As dificuldades são muitas, às vezes o papel do legislativo não é bem entendido porque às vezes a gente procura trabalhar na câmara votando os projetos, mas não compete a nós executar os projetos isso compete ao executivo, às vezes os projetos não são colocados em prática e a população não entende isso, diz que vereador não trabalha, vereador não faz nada, esse tipo de dificuldade, que todas as sextas a gente está nas reuniões e nem sempre somos compreendidos, uma vez que a população não vai para as reuniões e não acompanha o nosso trabalho. (VEREADORA 7, 35 anos)

Notando a fala da vereadora vemos que a população confunde qual o papel do Legislativo, é cobrado dos vereadores como se eles fossem os responsáveis pela realização dos projetos. A vereadora 8 (oito) ressalta esse problema:

“A grande dificuldade que encontro nesses meus três mandatos é fazer meus projetos serem postos em prática, saírem do papel e beneficiar a nossa comunidade, a lei sem beneficiar o povo ela é inválida, então a maior dificuldade que encontro é essa, nossas leis são todas aprovadas e sancionadas pelo gestor que aí está mais não são postas em prática, então

fica como se fosse meio que inoperante, e não é culpa da gente, porque o papel do vereador é fazer a lei e fiscalizar.” (VEREADORA 8, 43 anos)

Com isso confirma-se que as dificuldades encontradas na trajetória política com mais intensidade estão nas relações do poder do Legislativo com o Executivo. O papel de cada poder é confundido pela sociedade, assim retrata a vereadora 6 (seis):

“É uma das coisas que encontro é que muitas vezes nós somos cobrados, e infelizmente nós não temos o poder de realizar, então o que nós fazemos é mandar as informações, os requerimentos, mostramos, a quem pedimos o apoio de todos os vereadores, mas infelizmente não temos condições de ser atendido, muitas vezes não somos atendidos, por mais que a gente queira realizar não depende de nós. 90% depende do poder executivo, e muitas vezes o município não tem condições para realizar os trabalhos”.(VEREADORA 6, 42 anos)

Em outros casos as vereadoras relatam que as dificuldades são a falta de recursos do município, a vontade de ajudar as pessoas, mais por ser uma cidade pobre os anseios não são atendidos ou até mesmo as próprias vereadoras não têm condições de arcar com os pedidos de seus eleitores, já que o papel do poder legislativo está sempre sendo confundido pelos eleitores que acham que o dever dos vereadores é ajudar com recursos de que beneficiem interesses individuais e não o bem comum. De todas as vereadoras uma comprova isso em seu relato sobre as dificuldades:

“Muitas dificuldades, logo nos primeiros mandatos a gente não era remunerado, o vereador não tinha remuneração, e o povo precisava de coisas e não tinha como ajudar. Trabalhei na saúde, tinha muitas dificuldades e o que eu podia fazer com o povo eu fazia” (EX-VEREADORA 1, 76 ANOS)

Essa fala é de uma ex-vereadora (1) que na época do início de sua trajetória política em 1972 os vereadores não eram remunerados, o que para essa vereadora dificultava seu trabalho. Logo a população não entende o verdadeiro papel do Poder Legislativo, cobrava e necessitava de ajuda. As vereadoras na busca de maior entrosamento com seus eleitores se mobilizavam a atender os interesses individuais de cada um, reproduzindo um modelo de Estado Assistencialista.

Além dessas dificuldades outras são encontradas dentro da Câmara, como a questão de situação e oposição partidária. Por isso, é notório que o fato dos vereadores não pertencerem à mesma situação política prejudica a sociedade impedindo uma melhor relação e desenvolvimento. Uma ex-vereadora (4) relata essa dificuldade:

“Por ter sido eleita pela oposição, muita coisa foi difícil pra mim, apesar de ser todo mundo amigo, prefeito, câmara todo mundo era amigo, mas na hora da precisão, dava um basta, não aceitava, ou às vezes até aprovava, mas não fazia. (EX-VEREADORA 4,84 anos)

Apontando que mesmo os pares da Câmara mantendo uma boa relação de amizade, ou respeito, mais na hora da necessidade deixam as rivalidades partidárias falarem mais alto, interferindo e prejudicando não só os vereadores de outra situação como consequentemente a população. Como percebe a vereadora (3):

“A dificuldade maior porque o nosso município é um município pobre, e infelizmente os poderes não se ajudam, ou seja, eles caminham sozinhos e você não tem uma ajuda, assim direta, vamos dizer assim do governo federal de alguma coisa que possa facilitar o seu trabalho pra ajudar mais pessoas”. (VEREADORA 3, 34 anos)

Uma última dificuldade relatada pela vereadora (6), que por ela considerada um grande empecilho em sua trajetória política é a compra de votos.

“Dificuldade maior que eu acho, infelizmente são as compras de votos, que eu ainda vejo. Antes eu não via da forma que eu vejo hoje. As pessoas não estão totalmente conscientes estão um pouco mudadas. Realmente a maior dificuldade pra mim é essa porque eu não compro, eu não tenho dinheiro todo mundo sabe como eu sou e o que tenho, nesse período todo o que tenho até hoje. acho que fui gratificada, porque consegui ter 259 votos nessa última eleição, e assim com amizades, com trabalhos prestados, isso pra mim é o que é mais gratificante, e se eu não tive mais votos foi porque infelizmente tem pessoas que ainda tem a venda e compra de votos.” (VEREADORA 6, 42 anos)

A compra de votos infelizmente é uma realidade vergonhosa à nossa sociedade, que permite ser violado e viola a lei para vender sua própria democracia. A vereadora mostra sua indignação e considera esse fato uma grande dificuldade em sua trajetória política. O que não deixa de ser uma variável considerável para impedir o crescimento da honestidade e de vereadoras que pretendem obter uma trajetória política digna.

Existe, porém exceções, nas entrevistas uma delas diz não ter encontrado dificuldades na câmara, a ex-vereadora (9):

“Não encontrei dificuldades, não sei se pelo fato de ser mulher fui muito respeitada e bem vinda, havendo sempre uma parceria com as partes, com o

executivo buscando a independência e cobrando os direitos do cidadão, que às vezes não respeitavam”. (EX-VEREADORA 9,65 anos)

A vereadora atribui o fato de ser mulher uma maneira de não encontrar dificuldade dentro da Câmara, demonstrando uma parceria entre os sexos, que segundo a vereadora todos possuíam o mesmo interesse. Como visto, essa ex-vereadora em tempos de seus mandatos alega não ter tido nenhuma dificuldade quando estava na Casa Legislativa. Para ela o fato de ser mulher pode ter contribuído para maior respeito e menor dificuldades.

4.2 A ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DAS VEREADORAS EM ÂMBITO LEGISLATIVO.

Um fato importante a ser discutido refere-se à atuação das vereadoras dentro da Câmara Municipal. Assim como, os projetos e atitudes das mesmas, tomado em melhoria à sociedade feminina. De maneira geral, pode-se identificar que não só as dificuldades citadas anteriormente, mas também a própria atuação da mulher em prol a sua classe feminina é um ponto de grande dificuldade e acesso. De todas as vereadoras entrevistadas percebe-se uma precariedade de projetos e ações voltadas especialmente para as mulheres. São poucas as ações designadas para esse público e em seus relatos não consta leis e ações específicas.

“Na verdade aqui em livramento você sabe que aqui isso é difícil, a gente colocar um projeto pelo lado feminino aqui pra ajudar esse público feminino, mas que na verdade tudo o que é colocado, todo projeto que é colocado lá na câmara, seja não só para o público feminino, mas pra toda a sociedade eu estou pronta pra ajudar” (VEREADORA 3, 34 anos)

Como a fala da vereadora (3), acima destaca, é perceptível que no município de Livramento existe uma precariedade com relação ao público feminino. Os projetos votados na Câmara estão sempre voltados para toda a população sem distinção de sexo ou idade. Como constata ex-vereadora (2), pode-se compreender que em sua época.

“Naquela época era mais projetos no geral, reunia tudo, não tinha nenhuma lei específica só pra mulheres, hoje em dia não, que as coisas estão mais modernas, se bem que não sei por que até agora aqui não saiu nenhuma”. (EX-VEREADORA 2, 66 anos)

O espaço da Mulher vem sendo conquistado aos poucos, mediante a isso, quando a vereadora descreve a situação da época a qual legislava, vimos que antes não se direcionava projetos e leis específicas para as mulheres. O que se elaborava para a família e para

sociedade em geral abrangia as mesmas. Como quando conversando com a ex-vereadora (1), ela entende que quando o projeto é familiar compreende também para a mulher.

A preocupação para com as mulheres está muito presente com relação à saúde. As campanhas de prevenção ao câncer, à preocupação com a saúde da mulher é um dos fatores importantes pensados pelos poderes. Duas das nove vereadoras citam essa questão:

“Na ocasião que fui vereadora direcionei vários projetos, para o público feminino. Como o aumento de exames de prevenção ao câncer de colo de útero.” (VEREADORA 5, 45 anos)

As medidas tomadas por essa vereadora com relação à saúde da mulher é de suma importância, logo, ela direciona o cuidado para com a mulher, entendendo a necessidade de prevenção ao câncer. E como a vereadora (8) expõe:

“Desde meu primeiro mandato eu fiz um projeto de Lei chamado saúde da mulher, que é muito importante, a gente já notou, se a gente se cuida claro que a gente tem a tendência a melhorar, mais. Aqui no nosso município a gente notou que o índice de câncer de mama não é pequeno. A gente fez esse programa com relação à mulher, nós notamos também que existe um índice grande de adolescentes que ficam grávidas, e a gente também fez o programa para que tivesse palestras, pra que a gente possa conversar e alertar, sobre isso também abrimos conversas em escolas, a secretaria municipal de saúde tratou muito desse tema, a questão das doenças sexualmente transmissíveis. E pra fechar no momento sublime da gravidez, se comprovado ela for carente ganha um enxovalzinho para o bebê e também amparada na Lei ela tem todos os exames garantidos, e na hora do parto se ela não puder ter o bebê aqui ela tem um transporte disponível”. (VEREADORA 8,43 anos)

A preocupação com a mulher está sempre em torno da sua saúde e qualidade de vida como, a vereadora cita que a mulher que se cuida tem tendência a melhorar. A mulher por seu instinto próprio tende a cuidar-se, e a preocupar-se com sua saúde e sua estabilidade. Perante a isso, a mulher tem por direito receber atendimentos necessários assegurado por lei.

Em presença das medidas tomadas para melhoria da qualidade de vida das mulheres, durante as entrevistas, algo de extrema importância foi citado por duas vereadoras:

“No ano passado a gente colocou um projeto de lei, um requerimento de minha autoria para o Governo do Estado para que fosse instalada uma Delegacia da Mulher aqui, mas nós recebemos a resposta que não poderia devido à contingência de mulheres serem poucas” (VEREADORA 7, 36 anos)

A fala acima promove a necessidade de uma Delegacia da Mulher, e que as medidas foram providências pelo poder legislativo, porém não concedida. Essa vereadora não é a única que luta por essa segurança, mas também a vereadora de outro município reforça:

“Eu mesma agora estou em uma luta muito grande sobre a delegacia das mulheres, nós estamos tentando aqui nessa região do cariri, e pra que essa sede seja aqui no nosso município, já enviei ofícios, isso não é uma luta de agora, desde outra gestão tenho isso comigo, que é uma das coisas que mais precisamos, esse fato de pelo menos se não puder ser no nosso município mas que seja na nossa região, lógico que estamos correndo atrás que seja aqui”.(VEREADORA 6,42 anos)

Como visto, é comum a essas duas mulheres lutarem pela instalação da Delegacia da Mulher para região do cariri, não é satisfatório a existência de uma delegacia que fica longe da região da mesma, ou outros órgãos e instituições que atendem uma parte dessa necessidade como o caso da existência de unidade de atendimento como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), mas sim a necessidade de um estabelecimento voltado especificamente e que esteja ao seu alcance.

Considerando o fato das mulheres estarem dentro da Casa Legislativa já é uma forte contribuição para a sociedade Feminina, e que esse vem rompendo as barreiras na busca de maior representação. Como assim relata a vereadora (8):

“No tempo do meu primeiro mandato éramos treze, doze homens e só eu de mulher, então acho que essa presença foi meio que uma contribuição, foi o meu maior desafio, era ‘tá’ lá no universo que era muito dos homens, uma mulher simples, uma professora a filha da merendeira da escola que eu trabalhava conseguir está lá representando então pra mim essa foi uma contribuição pra mim.” (VEREADORA 8, 43 anos)

Além de medidas legais e projetos, outras ações são realizadas para enfatizar a importância das mulheres, tal como as campanhas e ocasiões especiais criadas para homenageá-las, uma vereadora descreve as ocasiões onde à mulher é enfatizada, atribuído pela vereadora (7), como uma contribuição para a sociedade Feminina.

“Nós abrimos muito espaço para as mulheres, na questão de campanha, o outubro rosa, demos ênfase na câmara, a câmara se vestiu de rosa, fizemos uma seção especial, para alertar as mulheres para o exame preventivo, também ano passado fizemos um evento no dia internacional da mulher, onde participaram palestrantes e mulheres homenageadas e esse ano iremos

realizar de novo comemorando essa data na próxima semana”
(VEREADORA 7, 36 anos)

Através de iniciativas como essa, as mulheres vão ganhando mais força e valorização na sociedade, o zelo com as mesmas, a preocupação com sua melhoria de vida, as comemorações de datas importantes levam a população a perceber cada vez mais que a mulher está inserida no mundo como um ser atuante e responsável, que possui interesses e direitos tanto quanto os homens. Por isso com falas trazidas por ex e atuais vereadoras percebe-se a evidência de colocar a saúde e a segurança como prioridade a sociedade, são esses as principais políticas públicas desenvolvidas pelas parlamentares.

4.3-O QUE AS VEREADORAS E EX-VEREADORAS ENTENDEM POR PRECONCEITO DE GÊNERO.

O ingresso das mulheres como representante legislativa tende a causar uma espécie de estranhamento por parte dos homens, a presença da mulher dentro da Casa Legislativa é algo que provoca uma quebra de barreiras com o preconceito de gênero e as mulheres tendem a se igualar e adquirir a mesma autonomia que o homem para com a sociedade. Perante as entrevistas realizadas, as representantes legislativas expõem seus pensamentos a respeito da relação de gênero existente na Câmara e como elas enxergam esse fato. Como discorre a vereadora (1):

“Não, preconceito não, mas um tipo como uma inveja, a gente fazia projetos que eles não fazia, eu ou outra vereadora e a gente sentia um ciúme, e também pela minha idade e nos últimos mandatos por causa dos meus problemas de saúde” (VEREADORA 1, 76 anos)

Embora, a vereadora perceba a indiferença dos homens para com ela e outra vereadora dentro da Câmara, mas não a considera como preconceito. Alcança a ideia de que seja uma inveja ou um ciúme, por as mesmas tomarem atitudes que os outros vereadores não tomavam. De certa forma ela não identifica essas atitudes como preconceito, mas demonstra o desconforto pelas atitudes do sexo oposto. Além disso, é importante salientar que a idade da vereadora é um fator que poderia alterar a concepção de preconceito, no entanto atuais vereadoras não desconstrói a idealização do preconceito.

A Vereadora (6) refere sua fala:

“Não. É relativo, eu não vejo, mas de uma certa forma eles ficam um pouco afastados, eles conversam mais entre si, a gente vê isso, mas somos todos amigos, compartilhamos e vemos o que realmente está acontecendo, nós temos as posições, mas se fosse mais mulheres seriam melhor”.
(VEREADORA 6, 42 anos)

Com isso, vemos que de início ela nega a existência de preconceito, ao mesmo tempo afirma que é relativo, se contradizendo em sua fala. A vereadora observa a divisão do gênero na Câmara, a forma de relacionamento, entre eles, assim como a necessidade de uma maioria de mulheres na Câmara para combater as desigualdades existentes na busca de igualdade dentro da Casa Legislativa.

Como as outras duas vereadoras a vereadora (8) também coincide com a ideia de não existir preconceito de gênero:

“Preconceito não, mas notava que alguns homens gostavam de falar mais alto. Precisou eu algumas vezes dizer: ‘fale baixo vereador’ [...] preconceito não, mais um machismo forte eu notava”. (VEREADORA 8, 43 anos)

O fato de existir um forte machismo na Câmara não é considerado pela vereadora como um preconceito, o que faz entendermos que as vereadoras não se sentem atingidas por preconceito, tratam apenas como um machismo,

As demais vereadoras consideram não existir preconceito nenhum, dizem ter sido sempre bem respeitadas e não existir nenhuma indiferença ou incômodo como as demais. A exemplo da vereadora (7) em sua fala diz:

“Não, eu acho que por ser um mandato de ser eu e mais três as mulheres tão mais respeitadas. Não temos preconceito em relação a isso não”.
(VEREADORA 7, 36 anos)

Isso remete entendermos que especificamente as vereadoras não consideram sofrer de preconceito de gênero. Embora, através dos relatos percebe-se as indiferenças entre as mulheres com seu sexo oposto. As vereadoras, de certa forma, sofrem de preconceito, mas não assumem como tal. Preconceito é uma palavra que pesa muito na sociedade, por isso, esse pode ser um fator que leve as representantes legislativas a não demonstrarem ser atingidas ou mesmo não reconhecem tais atitudes como preconceitos.

4.4 AVALIAÇÃO DOS MANDATOS PELOS ENTREVISTADOS.

De modo geral, nesse tópico trataremos de uma amostra de como as vereadoras consideram a participação política da mulher, e conseqüentemente como elas avaliam sua própria participação. Compreendendo que as mulheres têm buscado maior participação na política:

“Hoje a participação política da mulher é muito mais intensa que antigamente, elas estão mostrando suas infinitas qualidades e que são capazes, provando que são capazes”. (VEREADORA 8,43 anos)

Na fala acima, hoje a participação da mulher é bem vista, ressaltando as qualidades e capacidade das mulheres. As vereadoras dos três municípios atinam que esse percentual tem crescido muito nos últimos tempos.

“Eu acho que a gente já mudou muito a história, no tempo da minha vó pra cá conseguimos passos significativos, a exemplo de nossa presidente Dilma [...], a gente tem mulher que fez história no país e no mundo todo”. (VEREADORA 8, 43 anos)

A vereadora (8) compara as mudanças no decorrer do tempo e cita a presidente Dilma como referência dessas mudanças. A primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleita no ano de 2010. Não somente essa vereadora, mas também outras vereadoras tomam como referencial a presença da presidente como avanço da participação política.

De tal modo, as vereadoras enxergam a melhoria da mulher dentro desse campo político, enfatizando as mudanças e considerando sua própria participação.

“Não só pelo fato de ser mulher, mas acredito que a mulher começou a crescer, desde momento que temos uma presidente mulher, já vejo que a gente chegou no topo, mas que esse crescimento precisa de desenvolvimento, não só o crescimento, acho que tá um crescimento sem um desenvolvimento devido, acho que a gente desenvolver mais, procurar fazer mais, mas vejo que já melhorou e muito” (VEREADORA 8, 43 anos)

A fala acima da vereadora (8) é admirável, logo ela enxerga um ponto a mais com relação à participação política da mulher. Ela vê a questão de não somente crescer na participação em quantidade como também em qualidade, ao descrever ela observa o crescimento, mas não o desenvolvimento, o que nos leva a entender que a vereadora proferiu

que existe uma necessidade das representantes legislativas mulheres e outros poderes terem um maior desenvolvimento, produzirem mais, ampliando e direcionando seus trabalhos com maior seriedade, possuindo uma forte atuação.

No entanto, de maneira geral , quando perguntado as vereadoras sobre a participação do público feminino em relação às reivindicações e presenças nas Câmaras municipais, foi possível notar que a maior parte delas considera a participação baixa, ou até mesmo inexistente, pois subentende-se que as mulheres da Sociedade Civil¹ deixam a desejar e não correm atrás de seus direitos e nem procuram participar das seções da Câmara, estando presentes só em ocasiões especiais. Porém dentre as vereadoras entrevistadas uma destaca que:

“Percebo, noto que hoje as mulheres querem mais, assim como as mulheres se mobilizaram pra colocar uma mulher lá dentro, como disse a você meu começo foi através de um grupo de mulheres, e eu percebo, elas perguntam mais, tem uma intimidade maior, agora a pouco tempo as professoras que são maiorias no município elas vão procurar os vereadores, vão reivindicar seus salários. As mulheres estão questionando mais.”. (VEREADORA 8, 43 anos)

Como assim diz a vereadora (8), ela já percebe que as mulheres querem mais, almejam por melhores condições, de todas as vereadoras entrevistadas essa foi a única que citou um exemplo de reivindicação. Uma reivindicação para todos os gêneros. Entretanto, em seguida ela ainda respalda:

“Eu acho que tudo é um processo, e um processo que é lento, por muito tempo nós ficamos guardadinhas, as mulheres não apareciam na política, não tinha cargos públicos iguais aos homens, ainda nem temos salários iguais aos homens, existem empresas que a mulher e o homem estão no mesmo cargo e o homem ganha mais, mas isso tá acabando com o tempo, isso tem vida útil, é pra já vai acabar. Então acho que a gente tem melhorado significativamente” (VEREADORA 8, 43 anos)

Para finalizar essa parte algo preponderante não poderia faltar, como já dito anteriormente, as ex-vereadoras e vereadoras, além de notarem a participação política das mulheres, as fazem parte das mesmas, por isso é importante destacar como essas mulheres se concebem nesse meio:

¹ Tomamos o conceito de Sociedade Civil na mesma acepção do conceito desenvolvido por Gramsci (1974).

“De forma humilde, atuante na questão de assinar projetos em benefício do povo, que na verdade o nosso objetivo é assinar projetos e aplicar Leis que venha beneficiar nossa população” (VEREADORA 3, 34 anos)

Segundo a vereadora (3), sua participação política na Casa Legislativa Municipal é de forma simples e atuante, mas responsável para com suas tarefas na casa. Outras vereadoras também se auto avaliam:

“Eu acho na verdade a gente se avalia muito pelos resultados que a gente tem, acho que preciso melhorar na questão da lei, preciso conhecer ela melhor, toda vez que vou votar ou elaborar um projeto eu preciso mostrar a alguém, ou algum advogado pra que ele me diga se está bom ou se precisa melhorar. Eu tenho essa fragilidade com relação a isso, preciso melhorar mais, estudar mais. Eu sinto necessidade de não procurar mais outra pessoa”. (VEREADORA 8, 34 anos)

Como dito pela vereadora (8), o entendimento, a partir de sua auto avaliação, sobre sua participação terá mais eficácia na percepção de seus rendimentos, considerando os resultados de sua atuação. Assim como se identifica que a vereadora percebe sua fragilidade com relação ao conhecimento das leis, o que vem a ser algo negativo que ela almeja melhorar.

A vereadora (7) avalia sua participação da seguinte forma:

“Eu faço o possível, a gente tem muito sonho, quando a gente entra na política a gente tem muito sonho, acha que pode fazer muita coisa, é como digo a você, a gente vota nos requerimentos são votados e enviados ao executivo e nem sempre são atendidas, às vezes sim outras vezes não. Então, é uma coisa que frustra muito. Você entra com uma vontade de trabalhar pela cidade, você faz sua parte, mas tem que ter a parte do executivo”. (VEREADORA 7, 36 anos)

Essa vereadora remete a dizer que faz o possível na sua participação. No entanto, demonstra o que dificulta sua maior atuação. Não somente ela, como outras vereadoras entrevistadas colocam as dificuldades como um fator relacionado à sua participação e atuação na Câmara.

“Eu apesar das dificuldades dentro das minhas possibilidades eu procuro fazer o máximo possível, eu participo de reuniões em associações, eu escuto muito, trago as reivindicações, [...] mas eu procuro levar os problemas ao prefeito, mesmo às vezes sem passar pela câmara. Eu procuro ajudar, eu faço parte do conselho municipal de educação, do conselho de desenvolvimento rural sustentável, das questões da casa de taipa de

alvenaria, eu acompanho o projeto minha casa minha vida que são projetos da minha outra época, da época que eu era secretária. Eu procuro acompanhar tudo isso, dentro da medida possível eu faço meu trabalho, tenho plena consciência disso”. (VEREADORA 6, 42 anos)

Perante esse relato, vemos que a vereadora sobrepõe que apesar de suas dificuldades procura fazer o melhor como uma pessoa atuante no meio político. Mas diante de sua fala podemos destacar dois pontos instigantes a refletir, o fato de como uma vereadora se por diante de outras atuações que não se remetem apenas a uma participação na casa legislativa, e outra é o fato das mesmas conduzir as dificuldades direto ao poder executivo, antes mesmo de ter passando pela mesa legislativa. Presume-se que a vereadora tenha uma participação ativa com a sociedade, o que facilita o convívio com os eleitores. Assim como, o entendimento das necessidades da população. Seu contato com o Poder Legislativo de certa forma pode trazer benefícios, gerando maior aproximação com a solução resolvida, se pelo poder executivo for solucionada.

Por fim, todas as vereadoras e ex-vereadoras consideram a sua participação como Representante Legislativa no Poder Municipal de forma positiva, entendendo que sua atuação é de suma importância para a sociedade, contribuindo tanto para o aumento de representantes do sexo feminino nas Casas Legislativas, como também para melhorar as condições da classe feminina e a população.

As ex-vereadoras relatam que no tempo que eram representantes foi um período muito feliz e satisfatório na vida delas, honradas por ter feito história e cumprido devidamente seus papéis. Encerrando esse capítulo com uma fala da vereadora (1):

“Gostaria que a mulher fosse mais bem vista, participasse ativamente. Eu tive uma participação muito boa, reivindiquei muito, participei muito ativamente pela mulher em todos os sentidos, e disposta a fazer pela mulher, uma vez que antigamente a mulher não era bem vista eu desejo que cada vez mais elas sejam as vitoriosas” (VEREADORA 1, 76 anos).

Não somente essa vereadora, como todas as outras entrevistadas, almejam que as mulheres tenham uma maior participação política e, assim, também possam representar outras mulheres que necessitam do apoio que antes não podiam contar.

4.5 QUADROS HISTÓRICOS DAS VEREADORAS ENTREVISTADAS

Diante de todas as pesquisas feitas, através das entrevistas, foi possível formular quadros com parte da história de todas as vereadoras e ex-vereadoras entrevistadas.

Por isso, para tomar melhor conhecimento sobre a vida dessas mulheres que por um motivo ou outro entraram na política com alguma pretensão. Tomando como fonte de informação um pouco da trajetória de vida de cada uma, é possível fazer um balance da participação política da mulher e como se deu sua entrada no poder legislativo municipal, como relata os quadros abaixo.

4.5.1 As vereadoras do Município de Livramento – PB

Os três primeiros quadros relatam o histórico de duas ex-vereadoras e uma atual vereadora do município de Livramento - PB. Observe:

Quadro 1

Maria do Socorro Souza
<p>Ex-vereadora da cidade de Livramento, Conhecida por Socorro Souza, Dona Socorro, ou madrinha socorro, Nasceu em 1938, Inicia sua atuação na sociedade com 21 anos, como assistencialista na saúde. Prestando serviço de atendimento a mulher, realizando partos e acompanhando as gestantes. O que a motivou a se candidatar foi à carência da sociedade e da mulher em seu município Eleita oito vezes, assumiu sete mandatos, foi presidente da Câmara por duas vezes. Segunda vereadora na terceira legislatura no ano de 1972. Participou de duas machas das Margaridas.</p> <p>Possui mais de 45 anos de serviço prestado, sendo que 27 anos foram na política. Foi secretaria da saúde e de ação social. Durante toda sua trajetória política trabalhou em prol do bem estar e saúde da mulher.</p>

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Como podemos ver no histórico, a ex-vereadora Maria do Socorro Souza, pertencente ao município de Livramento, destaca-se com sua atuação na sociedade. Antes mesmo de ser vereadora atuava como assistencialista na saúde Seu público de atendimento era principalmente as gestantes por isso sua preocupação com a mulher parte desde cedo.

Assim, Socorro Sousa construiu sua trajetória política com base na sua disposição de ajudar na qualidade de vida do povo e principalmente da mulher, desde sua participação

assistencialista, seus mandatos e seu trabalho na secretaria de saúde e ação social, ela mostrou-se uma mulher participativa e de grande importância para a sociedade.

Esse próximo quadro relata a história da ex-vereadora Martinha Maria da Conceição, que a exemplo de outros políticos se interessou à carreira.

Quadro 2

Martinha Maria da Conceição
<p>Conhecida como Dona Nininha, nasceu em 26 de março de 1948.</p> <p>Antes de se candidatar esteve envolvida em cargos na prefeitura, Como o cargo de tesoureira onde lá tomou conhecimento do meio político e passou a tomar gosto pela candidatura. Quando assim em 1982 é eleita, sendo a terceira vereadora da Casa legislativa. É reeleita por mais dois mandatos, onde em 1985 á 1986 é votada para ser presidente da Câmara, sendo a terceira presidente da Casa e novamente em 1989 a 1990.</p> <p>Atualmente Dona Nininha dedica-se inteiramente a comunidades pastorais da igreja.</p>

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Tendo em vista a história dessa vereadora, é perceptível que o interesse da mesma não se deu pela intenção de melhores condições ao povo e sim a convivência que ela tinha com as práticas políticas dentro da prefeitura, onde ela observava essas práticas e tomou a decisão de candidatar-se. Desempenhou o seu papel na Casa Legislativa por três mandatos junto à outra vereadora Maria do Socorro Souza.

Por último das mulheres entrevistadas em Livramento, apresenta-se a vereadora Joana Paula que diferente das outras ingressou na política um pouco mais jovem.

Quadro 3

Joana Paula Farias Pereira
<p>Conhecida como Paulinha de Chico Trajano, iniciou sua trajetória política a pedido de seu pai Francisco Trajano que já havia sido vereador por seis mandatos e prefeito por um mandato. Neta da primeira vereadora Mulher de Livramento, Paulinha aos seus 28 anos candidata-se a vereadora em 2008, onde os eleitores de seu pai confiam na filha e a elegem, dessa forma a vereadora a exemplo de seu pai vem construindo sua trajetória política Além de ser vereadora Paulinha é Professora de história na rede de ensino Fundamental.</p>

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Como relata o quadro de pretensão da vereadora, Paulinha para entrar no meio político partiu pela vivência que tinha com seu pai, e pela continuação da tradição política em sua família. Hoje na cidade de Livramento Paulinha é uma das vereadoras mais jovens que passaram pela Câmara Municipal.

Contudo, ao observar os três quadros, entendemos quais as razões que levaram essas mulheres ao poder legislativo. Percebe-se que as três candidatas entram por motivos diferentes na política, mas mesmo assim buscaram ajudar a classe feminina de acordo com os objetivos de cada uma.

4.5.2 As vereadoras do Município de Taperoá - PB.

Os próximos quadros, assim como os outros trazem de forma clara e específica a história de mais três vereadoras e ex-vereadoras da cidade de Taperoá - PB.

Quadro 4

Áurea Lúcia de Farias Mota
<p>Sua trajetória política teve início em 1993, quando assumiu com muita honra o mandato de vereadora, sendo reeleita por mais dois mandatos, permaneceu na Casa Legislativa por 12 anos. Sua intenção era lutar pelos direitos do cidadão.</p> <p>Um ato marco de sua trajetória foi subi independência da Câmara em 2001, ato polêmico, onde ao mesmo tempo sendo a única mulher na casa não se abateu e mostrou sua força. Além disso, com ajuda dos pares da casa legislativa de Taperoá conseguiu novas instalações para a Câmara, onde em 19 de outubro de 2002 inaugurou a sede permanente do poder legislativo local. Em 2009 assumiu a ouvidoria do município de Taperoá. Mesmo sendo reeleita pela quarta vez preferiu assumir a secretaria de bem estar social em 2010. Na qual permaneceu à frente até a última eleição. Atualmente Dona Áurea aos seus 65 anos se dedica ao seu comércio que por coincidência fica ao lado da sede da Câmara a qual tanto lutou para ver organizada.</p>

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

A ex-vereadora Áurea Lúcia, foi à segunda vereadora da Câmara Legislativa de Taperoá. Demonstrou interesse para se candidatar em 1993, com a intenção de lutar pelos direitos do povo de sua cidade. Como relata a história da mesma, o que mais marcou sua vida

política foi quando enquanto vereadora instalou o prédio da Câmara que antes não tinha sua sede própria.

Quadro 5

Maria Sileide Barreto Pinto

Conhecida como Sileide, aos seus 43 anos a professora Sileide se dedica a vida política há 12 anos. Sem nenhum antecedente político, ela encara as eleições de 2004. O interesse em se candidatar se deu por influência de um grupo de amigas que acreditavam em sua capacidade. É eleita pela vontade do povo e principalmente das mulheres que junto a ela estavam sempre em busca da representatividade da mulher no poder legislativo. Ocupando assim o cargo de vereadora, a terceira vereadora eleita na cidade de Taperoá. Durante seus três mandatos esteve preocupada com a melhoria da Saúde e qualidade e vida dos taperoenses, inclusive da mulher. Atualmente além de vereadora, Sileide é professora do normal I e II em Taperoá.

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Nesse quadro o que se destaca na trajetória política de Maria Sileide Barreto Pinto é justamente o modo que ela entrou nesse meio, sem nenhum antecedente como acontece com outras vereadoras e sim por incentivo de outras mulheres o que se destaca como diferencial das demais.

Quadro 6

Margarete Carvalho de Araújo Queiroz

Margarete Carvalho, não tinha pretensão de entrar na política, seu convívio no meio político se deu através de seu marido. Por isso Margarete aos seus 35 anos, candidata-se á vereadora como substituta de seu marido, conhecido com Bentinho. Em 2012 é eleita pela primeira vez e logo se torna presidente da Câmara, a segunda mulher Presidente da Câmara. Aonde vem desempenhando seu papel de forma transparente e amigável para a melhoria da população.

Fonte: Margarete Carvalho de Araújo Queiroz. Sumé: UFCG/CDSA, 2014.

Margarete, para continuar a tradição política, candidata-se em 2012 a vereadora, onde provavelmente associamos que os votos que antes eram de seu marido passam a ser seus.

Como segunda presidente da Câmara Margarete vem mostrando seu serviço com muita dedicação junto aos outros da Casa Legislativa.

Ao analisar os três quadros históricos das vereadoras de Taperoá é notório que dentre as três apenas uma candidatou-se com o interesse de melhorar a vida das mulheres, que foi o caso da vereadora Sileide. No entanto, as outras duas vereadoras tomam fortes posições enquanto presidentes da Casa Legislativa Corsino de Farias, uma delas foi Áurea Mota, a segunda vereadora que atuou durante três mandatos, sendo a única de gênero feminino a estar presente na câmara. Um fator importante é justamente a presença dessas mulheres na esfera política como pioneiras dentro do poder legislativo da Câmara. Assim a presença delas retrata a representatividade da mulher nesse campo.

4.5.3 As Vereadoras do Município de Sumé – PB

Os próximos dois quadros trazem a história das vereadoras da Cidade de Sumé - PB vejamos que:

Quadro 7

Rita Albino Rafael

Ex-vereadora da cidade Sumé, Conhecida por Dona Ritinha Leite, nascida em 1939, iniciou sua vida como participante ativa a sociedade desde muito nova, pois sempre se mobilizou em lutas por melhoria da população Sumeense, acompanhou a conquista da emancipação política da cidade de Sumé. Como vereadora ingressou já com seus 50 anos de idade. Dedicou-se a vida política no poder legislativo municipal devido ao interesse de seu marido Inácio Albino Neto que já havia sido vereador. Rita Albino foi eleita em 1982 sendo a segunda vereadora e primeira a ser eleita por votos. Devido sempre se interessar pela população e pela cidade de Sumé. Dona Ritinha é respeita e conhecida por muitos, aos seus 82 anos possui uma memória muito boa e conta toda a história de Sumé.

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

A ex-vereadora Dona Ritinha Leite, entrou como representante no poder legislativo Municipal já aos seus 50 anos, o que é interessante, pois mesmo com uma idade mais avançada não se inibiu e atendeu ao pedido de seu marido para candidata-se.

Como o Quadro 7 retrata, a vereadora Dona Ritinha Leite sempre esteve envolvida de forma participante na sociedade de Sumé, sendo um ponto positivo, a candidata foi eleita pelo incentivo de seu marido, mas as intenções da vereadora comungaram com seu mandato o que

a possibilitou uma maior atuação na sociedade. Como a segunda mulher vereadora e primeira eleita pelo povo.

Quadro 8

Donzilia Martinaina da Silva Neta

Atual vereadora da cidade de Sumé Donzilia foi eleita pela primeira vez em 2004 onde permaneceu até 2006, seu segundo mandato foi nessa última eleição em 2012. Donzilia sempre esteve trabalhando no meio político, aos seus 18 anos começa trabalhar como telefonista na prefeitura, depois passou a ser assessora de gabinete, foi secretária de ação social, diretora do instituto de previdência do município. Quando trabalhava na secretaria de ação social participava de um grupo voltado às mulheres chamado: Maria, Maria. O qual tinha cerca de 250 a 260 mulheres. Devido à convivência com as pessoas, e o seu relacionamento público, partiu o interesse de candidatar-se por uma brincadeira, onde se teve a ideia que ela poderia ser vereadora já que a sua popularidade é grande, no entanto o verdadeiro intuito na época era apenas ajudar o grupo político. No período de quatro de fevereiro a quatro de março assumiu a presidência da Câmara, assim tornando a primeira mulher presidente da Casa Legislativa de Sumé. Hoje além de ser vereadora exerce sua profissão de técnica de administração na prefeitura, faz parte do conselho municipal de educação e outras associações.

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Como vimos nesse quadro à vereadora Donzilia sempre esteve presente em meio à população, o que foi um ponto positivo que de certa forma contribuiu para ela fosse eleita. O fato de está envolvida no campo de atuação política desperta esse interesse, logo desde muito nova começou a trabalhar e ganhou conhecimento do meio político e com as pessoas.

Seu intuito de candidatar-se ao cargo de vereadora a princípio foi para ajudar o seu grupo político, como a mesma coloca como brincadeira que acabou intuído a ajudar seu grupo. Além disso, sempre esteve envolvida em outros campos como educação e saúde.

Atualmente é vereadora na Casa Legislativa Municipal, por pouco tempo, em um período de um mês apenas, assumiu a presidência da Câmara, mas mesmo assim marcou-se como a primeira mulher presidente da Câmara.

Por ultimo temos o quadro com a ex-vereadora Fabiola:

Quadro 9

Fabiola Ferreira da Silva

Ex-vereadora e atual vereadora da cidade de Sumé, eleita no ano de 2008, onde a mesma interessou-se para entrar na política com o interesse de maior a proximidade com o povo, assim como na intenção de melhores condições a população. Doutora Fabíola é médica atuante na cidade de Sumé. No dia 17 de março do corrente ano, Fabíola assume o cargo de vereadora na Câmara municipal, tornando-se assim vereadora pela segunda vez.

Fonte: A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano: UFCG/CDSA, 2014.

Um histórico curto, mas que demonstra as duas funções que Fabíola tem, além de vereadora é médica do município, o que sempre a possibilitou uma relação com a população. O que é interessante salientar é que Fabíola dois anos após a eleição é nomeada a tomar posse este ano, já que a mesma era suplente.

Dentre todos os quadros acima é possível entendermos os motivos e intenções que levaram as vereadoras a se candidatarem. Contudo, de todas as vereadoras apenas duas tinham a intenção de candidatar-se exclusivamente com o interesse de ajudar a mulher. A primeira ex-vereadora Maria do Socorro da cidade de Livramento candidatou-se por causa da carência das mulheres e pela busca da melhoria a condição da mulher. A segunda vereadora da cidade de Taperoá, Sileide, ingressou na política por ideia de outras mulheres.

As demais vereadoras como Rita Albino e Margarete candidataram-se a pedido de seus maridos que já tinham sido vereadores. Paula Trajano a pedido de seu pai para dá continuidade na tradição política na família. Martinha Maria e Donzília candidataram-se por já conviverem em meio às relações políticas na prefeitura. Fabíola por ter interesse de maior aproximação com a população e Áurea Lúcia por acreditar na defesa dos direitos do cidadão.

Contudo, é perceptível o que existe em comum entre elas, a maior parte entrou na política não tão jovem, a exemplo de Rita albino Leite que já entrou na política com seus 50 anos. Apenas Margarete teve um mandato, haja vista que Fabíola exerce atualmente em seu segundo mandato.

4.6 DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS NO CARIRI PARAIBANO

Neste item iremos ilustrar através de tabelas a participação política da mulher nas eleições legislativas municipais no Cariri Paraibano. Deste modo, observamos que a Tabela 1 é um quadro demonstrativo numérico, que traz as estatísticas de candidatos do sexo feminino

e masculino do Cariri Paraibano, segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Assim como os vereadores e vereadoras eleitas na última eleição em 2012.

Tabela 1.

Localidade	Candidatos a Vereadores em 2012			Eleitos		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Alcantil	34	16	50	7	2	9
Amparo	17	9	26	7	2	9
Assunção	20	9	29	8	1	9
Barra de Santana	26	14	40	9	0	9
Barra de São Miguel	18	8	26	8	1	9
Boqueirão	53	25	78	10	1	11
Cabaceiras	22	11	33	9	0	9
Camalaú	16	6	22	8	1	9
Caraúbas	18	7	25	9	0	9
Caturité	35	19	54	9	0	9
Congo	17	8	25	8	1	9
Coxixola	19	8	27	7	2	9
Gurjão	19	7	26	6	3	9
Livramento	20	12	32	7	2	9
Monteiro	39	18	57	11	2	13
Ouro Velho	20	10	30	8	1	9
Parari	16	9	25	7	2	9
Prata	21	10	31	8	1	9
Riacho de Santo Antônio	29	12	41	8	1	9
Santo André	20	10	30	7	2	9
São João do Cariri	24	10	34	9	0	9
São João do Tigre	17	7	24	6	3	9
São José dos Cordeiros	18	8	26	8	1	9
São Sebastião do Umbuzeiro	20	10	30	6	3	9
Serra Branca	30	15	45	9	0	9
Sumé	37	18	55	9	2	11
Taperoá	23	18	35	5	4	9
Zabelê	17	7	24	8	1	9
TOTAL	646	321	980	221	39	260

Fonte: Estatística por sexo de candidatos e eleitos do Cariri Paraibano. Sumé: UFCG/CDSA, 2014.

De modo Geral, ao interpretar a tabela, percebe-se que de 980 (novecentos e oitenta) candidatos ao cargo de Vereador, 646 (seiscentos e quarenta e seis) são do sexo masculino, e, 321 (trezentos e vinte um) do sexo feminino, que é um número em que menos da metade dos candidatos são mulheres. Dentre os 646 (seiscentos e quarenta e seis) candidatos do sexo masculino, 221(duzentos e vinte um) foram eleitos. E das 321(trezentos e vinte um) do sexo feminino, apenas 39 (trinta e nove) foram eleitas.

Esses números nos remetem a refletir e comparar a diferença existente do sexo masculino para o feminino, assim como a pouca participação do sexo feminino seja na candidatura, seja na própria eleição. Se observarmos no quadro a diferença do número de candidatos do sexo masculino para o número de candidatos do sexo feminino tem uma relevante diferença, no geral o número de candidatos é o dobro do número de candidatas.

Nesse estudo é pertinente analisarmos os números que demonstrem as diferenças de um sexo para o outro, compreendendo que o número maior de candidatas mulheres não implica na possibilidade de existir um número maior de mulheres eleitas. É interessante analisar os municípios e seus respectivos números de candidatos e eleitos, iniciando a análise a partir dos municípios de maiores candidaturas.

A exemplo da cidade de Boqueirão, a cidade de maior número de candidatos com 78 (setenta e oito) ao todo, onde foram 53(cinquenta e três) candidatos e 25(vinte e cinco) candidatas, ou seja, mais que o dobro dos candidatos foi do sexo masculino com uma diferença de 29 (vinte e nove) candidatos. No entanto dentre as 25 (vinte e cinco) candidatas, apenas uma foi eleita.

Seguida da cidade de Monteiro que teve 57 (cinquenta e sete) candidatos ao todo, sendo que 39 (trinta e nove) foram do sexo masculino e 18 (dezoito) do sexo feminino, com uma diferença de 21 (vinte e um) candidatos homens a mais que as mulheres. Foram lançadas a candidaturas de 18(dezoito) mulheres, apenas duas foram eleitas. Na cidade de Sumé foram 55 (cinquenta e cinco) candidatos ao todo, com 37 (trinta e sete) candidatos do sexo masculino e 18 (dezoito) do sexo feminino com uma diferença de 19 (dezenove) homens, o dobro a mais que as mulheres. Dos 37 (trinta e sete) candidatos homens 9 (nove) foram eleitos, das 18(dezoito) mulheres candidatas, duas foram eleitas.

A cidade de Caturité com 54 (cinquenta e quatro) candidatos 35 (trinta e cinco) do sexo masculino e 19 (dezenove) do sexo feminino. Com 16 (dezesseis) candidatos homens a mais que mulheres. Dentre os candidatos 35 (trinta e cinco) do sexo masculino 9 (nove) foram eleitos enquanto dentre as 19 (dezenove) nenhuma mulher foi eleita.

O município de Alcantil, no total teve 50 (cinquenta) candidatos, 34 (trinta e quatro) homens e 16 (dezesesseis) mulheres, com uma diferença de 18 (dezoito) candidatos do sexo masculino a mais que as do sexo feminino, sendo que dentre os 34 (trinta e quatro) homens 7 (sete) foram eleitos e das 16 (dezesesseis) mulheres apenas duas foram eleitas, ou seja, menos de um terço das mulheres foram eleitas.

O município de Barra de Santana, ao todo tiveram 40 (quarenta) candidatos, 26 (vinte e seis) homens e 14 (quatorze) mulheres, com uma diferença de 12 homens a mais na candidatura, dentre os 26 (vinte e seis) candidatos 9 (nove) homens foram eleitos e das 12 (doze) mulheres nenhuma foi eleita. Consequente do município de Serra Branca com 45 (quarenta e cinco) candidatos ao todo, sendo 30 (trinta) do sexo masculino dos quais 9 (nove) foram eleitos 15 (quinze) do sexo feminino onde nenhuma delas foram eleitas, a diferença de candidatos homens para mulheres foi de 15 (quinze) homens a mais, ou seja, o dobro a mais de candidatos homens.

O município de riacho de Santo Antônio, com 41 (quarenta) candidatos, 29 (vinte e nove) homens, 12 (doze) mulheres com uma diferença de 17 (dezesete) candidatos homens a mais que as mulheres, dos 29 (vinte e nove) candidatos do sexo masculino 8 (oito) foram eleitos.

Os municípios acima analisados são os municípios de maior número de candidatos, é perceptível que em nenhum município do cariri existiu um número maior de candidatas ou semelhante à quantidade de homens candidatos.

Os números em relação ao sexo feminino são baixos e vergonhosos, comprovando a existência de uma baixa participação política das mulheres em todo cariri paraibano. Quando observamos a quantidade de candidatas podemos perceber que esses números oscilam. Algumas cidades ainda se sobressaíram no que diz respeito ao número de candidatas e o número de eleitas, sem observar a diferença de números entre o sexo masculino e feminino. Como por exemplo, o município de Gurjão que teve 7 (sete) mulheres candidatas e 3 (três) foram eleitas o que é um número significativo, como também a cidade de São João do Tigre que possui 3 (três) vereadoras eleitas dentre as 7 (sete) candidatas. O município de São Sebastião do Umbuzeiro onde de 10 (dez) candidatas, 3 (três) foram eleitas.

Essas cidades em relação às outras cidades se preponderaram na eleição de mulheres, pois embora tenha tido um número pequeno de candidatas, mas o número de vereadoras eleitas pode ser considerado acentuado, com uma maior participação política das mulheres.

A cidade de maior número de mulheres eleitas é Taperoá dentre 18 (dezoito) candidatas 4 (quatro) são eleitas, porém o número de candidatas foi bem maior que Gurjão.

No entanto, de modo particular, ao observar e comparar os municípios é possível encontrar algumas cidades que além de terem poucas candidatas também teve uma minoria ou até mesmo nem teve representantes legislativas femininas. Como a cidade de Boqueirão que teve 25 (vinte e cinco) candidatas e apenas uma eleita, já citada anteriormente.

Com isso ao interpretar a tabela detectamos a defasagem da participação da mulher como representante Legislativa Municipal no Cariri. Já abrangendo que em todo o cariri o número de mulheres que se candidataram foram 321 (trezentos e vinte um) e apenas 39 (trinta e nove) mulheres eleitas ao todo no Cariri. O que remete a uma baixa participação, sendo o maior número de candidatos e eleitos do sexo masculino.

O próximo quadro é designado de quadro nominal, onde elenca as vereadoras dos 29 Municípios do cariri:

Tabela 2

Vereadoras dos Municípios do Cariri		
Eleição 2012		
Município	Vereadora	Total
Amparo	Rejane Maciel Maria de Deta	2
Alcantil	Cilene Zefinha	2
Assunção	Anazilda	1
Barra de Santana	-	0
Barra de São Miguel	Madalena	1
Boqueirão	Rosalva	
Cabaceiras	-	0
Camalaú	Nicinha	1
Caraúbas	-	0
Caturité	-	0
Congo	Nazarete	1
Coxixola	Denize Zezé	2
Gurjão	Maria Elizete Maria Ivonete Niselma	3
Livramento	Paula Trajano Aureliana Oliveira	2
Monteiro	Lorena Cristianne Leal	2
Ouro Velho	Marta	1
Parari	Neide Lena	2

Prata	Cheila	1
Riacho de Santo Antônio	Edinalva	1
Santo André	Neuza Maria Nandyara	2
São João do Cariri	-	0
São João do Tigre	Nailza Helenúbia Maria de Assunção Ângela Maria	3
São José dos Cordeiros	Lurdes Dantas	1
São Sebastião do Umbuzeiro	Sandra Celinha de Edmilson Tânia	3
Serra Branca	-	0
Sumé	Juliana Donzilia Brigida Xavier	3
Taperoá	Sileide Margarete Jane Farias Ângela	4
Zabelê	Celís Andrade	1

Fonte: Demonstrativo das vereadoras eleitas no Cariri Paraibano. Sumé: UFCG/CDSA, 2014.

Como é possível perceber, o quadro traz os nomes de cada vereadora em suas respectivas cidades. Registrando por excelência todas as vereadoras eleitas. Esses dados são encontrados através do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), dado referente às eleições de 2012 entende então que pode haver alterações nesses municípios, já que os dados do TRE são fornecidos de acordo com os candidatos eleitos, sem levarem conta às mudanças que podem ocorrer como as renúncias de cargo, afastamentos ou suplência, por exemplo, o município de Sumé que segundo o TRE foram eleitas três vereadoras; Brígida Xavier, Donzilia e Juliana. No entanto, apenas duas assumiram seus mandatos, que foram Juliana e Donzilia. Atualmente a Vereadora Juliana se afastou para assumir o cargo de secretária de cultura e esporte, e a mais nova vereadora da Casa é Fabiola antes suplente da mesma coligação.

Os municípios; Barra de Santana, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, São João do Cariri e Serra Branca são os únicos municípios que não possuem registro de vereadoras eleitas nesse ano.

O quadro 10 elenca os nomes das vereadoras do município de Livramento da casa legislativa Severino Germano Filho desde ano 1962 quando até 2012:

Quadro 10

Ano	Vereadoras do Município de Livramento
1962	Laura Leite Cavalcanti
1966	Laura Leite Cavalcanti
1969	Maria do Socorro Souza
1972	Maria do Socorro Souza
1976	Maria do Socorro Souza
1982	Maria do Socorro Souza Martinha Maria da Conceição
1988	Martinha Maria da Conceição Maria do socorro Souza
1992	Gorete Portela
1996	Gorete Portela Maria do Socorro Souza Martinha Maria da Conceição
2000	Gorete Portela Maria do Socorro Souza Ana Maria Anastácio Carmelita Ventura
2004	Ana Maria Anastácio Carmelita Ventura
2008	Maria do Socorro Souza Rosa Marta Ventura Tania Paula Trajano
2012	Aureliana Oliveira Paula Trajano

Fonte: Quadro De Vereadoras do Município de Livramento. Sumé: CDSA/UFCG, 2014.

Observando o quadro acima podemos chegar à conclusão que dentro de 13 (treze) legislaturas a presença da mulher nunca ficou ausente na Câmara Municipal de Livramento, onde Laura Leite Cavalcante foi à primeira vereadora exercendo dois mandatos em 1962 e 1966. Maria do Socorro Souza exerceu **sete** mandatos sendo a mulher de maior participação nas legislaturas, exercendo mandatos nos pleitos de 1972, 1976, 1982, 1988, ou seja, quatro mandatos consecutivos. Em seguida é eleita no ano de 1996 e 2000 com dois mandatos seguidos e seu último mandato foi em 2008.

Martinha Maria da conceição com três mandatos, Gorete Portela com três mandatos, Ana Maria Anastácio com dois mandatos, Carmelita ventura com dois mandatos, Paula Trajano com também com dois mandatos.

Entendendo que a partir do ano 1982, a presença feminina que antes se resumia a uma única mulher, passou a ser duas. Desde então o número de mulheres no poder legislativo da Câmara Municipal de Livramento manteve-se oscilando entre duas a três mulheres.

Na legislatura de 2000, o número de mulheres chegou a quatro representantes, onde em uma câmara de onze vereadores, quatro eram mulheres e, podendo notar uma maior participação desse gênero. Em 2004, o número foi reduzido a duas representantes femininas.

Em 2008 assumiram mandatos quatro vereadoras. Nesse ano foi um número significativo porque a princípio a Câmara se encontrava composta de apenas oito vereadores, o que indica que nesse ano 50% da Casa Legislativa estava sobre responsabilidade do poder feminino. Atualmente foram eleitas em 2012 apenas duas mulheres.

Ao todo contabilizamos onze (11) vereadoras que já perpassaram pela Câmara Municipal de Livramento. Ressaltando que desde o ano da primeira legislatura até hoje as mulheres sempre estiveram presentes na Câmara Municipal.

Esse segundo quadro traz a quantidade de vereadoras que passaram pela casa legislativa de Sumé:

Quadro 11

Ano	Vereadoras do Município de Sumé
1959	Adalgiza Jacinto de Oliveira
1982	Rita Albino Rafael
1987	Rita Albino Rafael
1996	Eliane Duarte
2000	Eliane Duarte
2004	Donzilia
2008	Fabiola
2012	Donzilia Fabiola

Fonte: Quadro de Vereadoras do Município de Sumé. Sumé: CDSA/UFCG, 2014.

Para melhor compreensão desse quadro é relevante entender que o município de Sumé inicia sua primeira legislatura em 1951. Portanto desde esse ano até o atual ano são 14 legislaturas ao todo. Diante disso ao observar o quadro acima vemos que a primeira vereadora tomou posse do cargo em 1959, após 8 anos, ou seja, na terceira legislatura ingressa como

primeira vereadora a senhora Adalgiza Jacinto de Oliveira, não eleita mais indicada pelo grupo político da época.

Após mais de dezesseis anos sem nenhuma presença feminina na Câmara, só em 1982 através de voto é eleita Rita Albino Rafael assume como a primeira vereadora eleita pelo povo, permanecendo mais outro mandato em 1987.

O quadro é bem específico mostrando os anos onde existia a representatividade da mulher. Contudo, é necessário sempre observar as diferenças de anos de uma eleição para outra, após três eleições sem representante legislativa em 1996 é eleita Eliane Duarte que permaneceu mais outro mandato em 2000.

Em seguida em 2004 é eleita Donzília, que permaneceu dois anos, encerrando seu mandato em 2006. Em 2008 é eleita Doutora Fabíola. E atualmente em 2012 pela primeira vez na cidade de Sumé foram eleitas três vereadoras. No entanto, atualmente apenas duas assumem seus mandatos. Sendo que a Vereadora Juliana renunciou ao cargo após 1 ano e 3 meses, para assumir a secretária de cultura, assumindo em seu lugar Doutora Fabíola que já havia sido vereado no ano de 2008 como o quadro demonstrou.

Entendendo que dentro de todos esses anos apenas sete mulheres estiveram como representante na Casa Legislativa.

O ultimo quadro representa as vereadoras da Câmara municipal de Taperoá:

Quadro 12

Ano	Vereadoras do Município de Taperoá
1972	Laurita Vilar de Queiroz
1976	Laurita Vilar de Queiroz
1988	Laurita Vilar de Queiroz
1992	Aurea Lucia de Farias Mota
1996	Aurea Lucia de Farias Mota
2000	Aurea Lucia de Farias Mota
2004	Sileide
2008	Sileide
2012	Ângela Sileide Margarete Jane Farias

Fonte: Quadro de Vereadoras do Município de Taperoá. Sumé: CDSA/UFCEG, 2014.

Assim como Sumé, Taperoá inicia suas legislaturas em 1951. A primeira vereadora só foi eleita em 1972, dezesseis anos depois da primeira legislatura. Laurita Vilar Queiroz permaneceu dois mandatos consecutivos e depois em 1988 foi reeleita. Em 1992 Áurea Lúcia de Farias Mota foi eleita e reeleita em 1996 e 2000. Somando três mandatos consecutivos. Em 2004, Sileide, sendo reeleita em 2008 e 2012. Por último, em 2012, foram eleitas pela primeira vez quatro mulheres. Somando um total de seis vereadoras ao todos dentro de quatorze (14) legislaturas.

Entretanto, é plausível perceber a forte presença feminina na cidade de Livramento. Dentre os três municípios estudados, o município de Livramento se sobressaiu com maior número de representantes legislativas.

Em presença de todas as vereadoras dos respectivos municípios, é imprescindível além de elencar as vereadoras dos três municípios estudados em seus respectivos pleitos, é pertinente destacar a presença das mesmas como presidentes da Casa Legislativa Municipal, como demonstra o quadro 13 que traz em destaque quantas mulheres foram presidentes da Câmara Municipal Livramento.

Quadro 13

Câmara Municipal Severino Germano filho – Galeria de presidentes	Legislatura de 1962 á 2014
Odilon Vilar sobrinho	1962 /08 1963
Severino Germano Nunes	09/1963-1963
Apolônio Anastácio da Silva	1965-1966
Laura Leite Cavalcante	1967-1968-1969
Orcení Vilar Queiroz	1970-1971-1972
<u>Maria do socorro Sousa Vieira</u>	<u>1973-1974</u>
Eliodoro Fernandes da Silva	1975-1976
Francisco Alves Pereira	1977-1978
Paulo Gomes Torres	1979-1980
<u>Maria do socorro Sousa Vieira</u>	<u>1981-1982</u>
Eliodoro Fernandes da Silva	1983-1984
<u>Martinha Maria da Conceição</u>	<u>1985-1986</u>
José Anízio Alves	1987-1988
<u>Martinha Maria da Conceição</u>	<u>1989-1990</u>
Antônio Morais Guilherme	1991-1992
Maria Gorete Chaves	1993-1994
José de Arimatéia Anastácio de Lima	1995-1996
Sebastião dos Santos	1997-1998-1999-2000
Sebastião dos Santos	2001-2002-2003-2004
Ana Maria Alves Oliveira	09/2004-12/2004 -2005-2006
Marcos Flavio Leite	2009-2010
José Nilo Campos Barreto	07/2011-12/2012
Francisco Edinaldo Dias da Silva	2013-2014

Fonte: Quadro de Vereadoras Presidentes do Município de Livramento. Sumé: CDSA/UFCEG, 2014.

Atribuindo que a cor em destaque para as Mulheres Presidentes da Casa, e o sublinhado para referir as vereadoras que tiveram mais de uma presidência, com isso verificase a presença de 5 presidentes da Câmara, sendo que duas tiveram dois mandatos, Maria do Socorro Vieira esteve à frente da mesa nos anos de 1973 á 1974 e 1981-1982 e a presidente Martinha Maria da Conceição em 1985-1986 e 1989-1990.

De modo particular não é inserido o quadro de galeria de presidentes dos outros dois municípios estudados, devido não ter uma relação significativa de presidentes do sexo feminino. No município de Taperoá, onde de todas as legislações apenas duas (2) vereadoras assumiram a presidência da Casa Legislativa, a vereadora Áurea Lúcia a primeira presidente em 1997 a 2002, em seguida só agora em 2013, assumiu a presidência a vereadora Margarete Queiroz. Existindo uma distância pouco significativa para uma representação maior das mulheres nesse poder.

A Câmara Municipal Casa Cícero Soares do município de Sumé, pois a mesma não possuir registro de nenhuma vereadora que tenha tomado posse da Presidente da Câmara, com exceção da vereadora Donzilia que assumiu este ano (2014), o cargo provisório de presidente durante o período de um mês.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao estudo realizado é presumível que a participação política da mulher, sua representação no poder legislativo municipal no Cariri Paraibano encontra-se em aprimoramento.

As mulheres têm lutado cada dia mais por um espaço na sociedade, na busca de conquistar seus direitos e igualar-se aos homens, enfrentam os preconceitos e assumem seu papel como cidadã. Através dos estudos feministas realizados observa-se a realidade da mulher, antes como ser passivo na história, incapaz de atuar. É assim que a mulher era tida, como um mero objeto na sociedade e não um sujeito participante, devido seu papel simplesmente construído pela sociedade e ignorada pelo sexo oposto, sua função era extremamente doméstica, o que a tornava cada vez mais submissa ao homem. Devido essas circunstâncias o sexo feminino por muito tempo se inibe a fazer outras tarefas, e a desenvolver atividades em prol de sua melhoria de vida e suas condições.

As Revoluções, o Movimentos Feministas e as mudanças ocorridas fazem com que esse diagnóstico da mulher seja modificado. A industrialização trouxe a necessidade do ingresso das mulheres ao mercado de trabalho, tirando a mulher da tarefa de apenas realizar seus afazeres domésticos e permite que elas ingressem no mercado de trabalho e desenvolvam outras capacidades. O convívio das mulheres possibilitou que as mesmas se interagissem e acordassem para sua real posição na sociedade.

No entanto, esse trabalho teve outros objetivos além do interesse de trazer a tona chamada *História das Mulheres*. Levando em conta todas as dificuldades que as mulheres passaram, sua trajetória de conquista pelo voto e reconhecimento na sociedade como um ser capaz de realizar as mesmas atividades que os homens, é possível enxergar uma melhoria nessa condição, já que antes a presença das mulheres em cargos políticos era inexistente. Hoje é possível observar as mudanças, assim como é previsível que as mulheres cada vez mais idealizem sua participação como representantes do povo e ocupem cargos a frente da sociedade, buscando a melhoria tanto para sua categoria de gênero quanto para a sociedade em geral.

Perante isso, o trabalho direcionado teve como propósito registrar a representação da mulher no poder legislativo municipal trazendo uma realidade mais próxima do nosso convívio. O estudo realizado nas três cidades distintas do Cariri (Livramento, Taperoá e Sumé), trouxe de forma concreta a relação da representação da mulher no Cariri Paraibano.

Foi possível enriquecer o trabalho através das entrevistas concedidas pelas nove (9) vereadoras e ex-vereadoras que relataram suas histórias e suas atuações, enquanto Representantes Legislativas.

Durante a pesquisa muitas dificuldades foram encontradas. A busca pelas entrevistas foi árdua. A dificuldade de localização e tempo disponível de algumas vereadoras impediu um melhor aprofundamento na pesquisa. Assim como, também, houve vereadoras que não se disponibilizaram a participar, o que causou uma diminuição nos dados. Porém, as entrevistas cedidas pelas vereadoras se tornaram fonte imprescindível deste trabalho.

É considerável que realizar essas entrevistas não somente contribuíram para esse trabalho, mas também para as próprias vereadoras que demonstravam uns entusiasmos e contentamento por estarem, além de contribuído para o trabalho, sentiram-se lembradas. Isso foi possível notar através de suas falas e gestos de agradecimento, entendendo que reconhecê-las dentro do campo político causa uma satisfação imensa.

Ao mesmo tempo a realização das entrevistas proporcionou resultados pertinentes a esse trabalho. Permitiu um registro histórico das vereadoras e ex-vereadoras que relataram os fatores que as conduziam a candidatura. Sendo assim, das nove (9) entrevistadas, duas vereadoras entram na Política por motivação de seus maridos. Outra por seguir uma tradição familiar substituindo seu pai na candidatura, outras duas por conviverem no meio político e em prefeituras, outra na busca de aproximação com a população e outra se candidata para defender os direitos dos cidadãos. De todas apenas duas ingressam na política com o desejo de ajudar a classe feminina, ou pelo menos afirmam que esta foi sua motivação.

Quando pesquisado o número de mulheres candidatas e eleitas em todo Cariri Paraibano com relação o número de candidatos do sexo masculino, entende-se uma grande diferença. Apesar disso os dados deste trabalho tiveram por intenção trazer essa amostragem, que embora ainda seja bem diferente que as dos homens, mas existe e comprova que a participação das mulheres é divergente das dos homens.

Todos dos dados apresentaram fatos que possibilitam uma reflexão acerca desta realidade, na qual mulheres antes dificilmente ocupariam esses cargos e hoje já estão à frente das Câmaras Municipais, como é o caso da vereadora do município de Taperoá que atualmente possui uma presidente da Casa Legislativa e mais três (3) vereadoras no pleito.

Outra cidade de destaque estudada é Livramento, que desde sua fundação até os dias de hoje sempre teve representantes mulheres na câmara. Portanto, resta a cidade de Sumé que infelizmente demonstra uma baixa a participação das mulheres. Os dados apontam uma melhoria nessa situação, mas não demonstram uma forte atuação.

Em presença de todas as entrevistas feitas pode-se obter um aparato da atuação das vereadoras dentro das câmaras municipais, quais as contribuições que elas trazem para a sociedade e sua categoria de gênero, visto isso a pesquisa aponta que a atuação das vereadoras necessita ser ampliada numericamente. Também, que esta participação não deve ser confundida com ajuda, favor ou assistência social. Falta entendimento sobre o que é realmente o papel do Legislativo e de sua relação com o Executivo. Da forma que atuam, as mulheres no legislativo do cariri paraibano reproduzem um modelo de Estado Assistencialista e Populista, em que as funções e relação Legislativo-Executivo se confundem.

Nesta pesquisa foi perceptível que a participação das mulheres no campo político ainda encontra-se pequena com relação à participação dos homens. No Cariri Paraibano como representantes Legislativas Municipais ao todos são trinta e nove (39) mulheres enquanto os representantes homens estão em duzentos e vinte e um (221) o que mostra uma grande diferença e uma baixa representação feminina.

A realização deste trabalho possibilitou enxergar esta realidade mais de perto e ao mesmo tempo foi de suma importância trazer a situação das representantes legislativas femininas no cariri paraibano, especificamente ilustrando a realidade de três cidades regionais. O trabalho desenvolvido com interesse de entender a participação política da mulher, sua representação Legislativa nas Câmaras Municipais, atingiu os objetivos propostos. Mediante os três municípios estudados, e as nove vereadoras entrevistadas tornou-se possível enxergar de perto essa realidade existente no âmbito político relacionado à mulher.

Assim vendo que, embora os números de mulheres careçam no cariri paraibano, é considerável que com toda a pesquisa realizada entende-se que as mulheres têm estado presente cada dia mais ativas procurando melhoria e crescimento para sua categoria. Logo as três cidades, Livramento com duas representantes, Sumé com duas e Taperoá com quatro demonstram que a intenção da participação e representação da mulher tende a se expandir. Diante de tudo, a representação da mulher no cariri paraibano qualifica-se cada vez mais, principalmente quando trabalhos como estes são direcionados com interesse a história.

Para finalizar esse trabalho, a fala da ex-vereadora que obteve mais mandatos, e sempre se manteve na intenção de ajudar a mulher e a poluição em geral ilustra bem o pensamento e a atuação da mulher no cariri paraibano.

“A luta foi intensa, muitas amarguras e dificuldades, no cenário caririzeiro e machista uma mulher era destaque na sociedade, era algo imaginável para me, ser que fui e o que represento para esse povo. Por isso ainda recebo quem vir a minha porta, pois sabem que serão amparados. Não me

estenderei, pois não gosto de auto elogiar-me ou avaliar-me. A resposta do meu trabalho dar-se por si só. Poderia lhe dizer tudo ou contar muito, mas prefiro que façam isso. A minha história está viva em cada um que vive aqui e representada na memória desse meu querido povo. Só tenho um desejo que essa nova geração fosse mais próxima do legislativo municipal, sempre defendi que o povo deve estar presente entre seus legisladores, não somente em períodos eleitorais e ouvidos muito mais por seu eleitor no período de mandato. Foi o que procurei fazer e o resultado vocês sabem”.

Socorro Sousa.

Contudo, a temática abordada nesse trabalho é pertinente ao estudo das Ciências Sociais, detalhadamente da Sociologia, da Ciência Política e também da Antropologia. Sendo assim, é de fato imprescindível inserir esse tema em sala de aula para os alunos do Ensino Médio, como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN's- EM). O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. (PCN's- EM, 200,p.15).

Com isso entende-se a necessidade dos alunos de Sociologia do Ensino Médio tomarem por conhecimento seu exercício enquanto cidadão, cabendo aos mesmos entender as relações existentes na sociedade perante isso entendendo a Sociologia como o estudo que preocupa-se com a sociedade e suas relações. Sendo assim, o trabalho intensifica a necessidade do estudo da temática trazida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é o Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Mulher na Política e a Política de Cotas**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1583:a-mulher-na-politica-e-a-politica-de-cotas&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146> acesso : 20 de mar 2014

ARROYO, Miguel G. Fracasso/sucesso: um pesadelo que perpetua nossos sonhos. **Em Aberto**, Brasília. V. 17. P.33-40. Jan/200. Disponibilizado inicialmente na Biblioteca do SIAPE.

BONI, Valdete. QUARESMOA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia da Política UFSC**. v dois, n 1(3), p. 68-80, jan.-jun. 2005)

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Presidência da Republica. **Lei n° 9.504 de 30 de Setembro de 1997**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/novoce/pdf/lei9504.pdf>> acesso 12 mar 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares da Educação. Ensino Médio**. Brasília MEC/SEM.2000.109p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. 2005. Artigo (texto foi escrito durante o estágio pós-doutoral no Instituto Universitário de Estudios de la Mujer da Universidade Autónoma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela CAPES, em 2004).

Declaração Universal Dos Direitos Humanos. ONU.1948. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> acesso dia 27 de mar de 2014

DUARTE, Adjane Barros Ferreira. **Trajatória da luta pelo voto feminino na Paraíba**. 2011. Monografia (Graduação pelo departamento de ciências jurídicas). Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2011.

GERGEN, Mary McCanney. *O pensamento Feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosas do Tempos, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Estampa, 1974. Vol. 1.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero**: uma breve introdução. sl, se, sd. (mimeo)

HUBBARD, Ruth. “Algumas ideias sobre a masculinidade das ciências naturais.” in: GERGEN, Mary McCanney. **O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar no Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

SILVA ,Maria Ladjane Cavalcanti . COSTA, Maria Marli da Silva Carmo. **Participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Pernambuco**.2008 .Monografia (Pós-Graduação em Gestão Pública e Legislativa) Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns – FACETEG, Universidade de Pernambuco UPE, Recife –PE 2008. Disponível em<<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/vermonografia.php?doc=Maria+Marli+da+Silva+Carmo.pdf>>acesso dia 24 mar de 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre 16 (2), p. 5-22, jul/dez, 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense,1999.

TELES , Maria Amélia de Almeida. **O Que são Direitos Humanos das Mulheres** . São Paulo: Brasiliense , 2006.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. Disponível em: www.tre-pb.gov.br> acesso em 10 de Fev, 2014.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira**, 2008. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/arquivos/publicacoes/banco-de-monografias/pl-2a-edicao/GisleneAlmeidaVazMonografiacursoPL2ed..pdf>>. Acesso em: 15 de Jan 2014.

APÊNDICES

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a) _____

Eu, Andréa Carla Soares Gouveia, como aluno (a) do Curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pretendo desenvolver uma pesquisa com vereadoras da Câmara municipal, intitulada: **A Representação Feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano**, tendo como objetivo verificar qual a participação e atuação Política da mulher no poder legislativo Municipal. sob orientação da Prof^a. Me. Sheylla de Kassia Silva Galvão (pesquisadora responsável).

O(s) motivo(s) que nos levam a estudar o assunto é a busca de entender a participação da mulher na política e sua representação no contexto do cariri paraibano, onde perceptivelmente a mulher ainda possui pouco reconhecimento e atuação.

Portanto, solicito a vossa contribuição e compreensão para participar deste estudo.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Atenciosamente,

Sheylla de Kassia Silva Galvão

Fone: (83) 3353-1850

Consentimento do Voluntário.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé, _____

Assinatura do Participante

Endereço da pesquisadora responsável (trabalho): Sheylla de Kassia Silva Galvão

Rua Luiz Grande, s/n – Frei Damião. Sumé-PB

Telefone para contato: (83) 3353-1850

E-mail: sheyllagalvao@ufcg.edu.br

Endereço do pesquisador participante: Andréa Carla Soares Gouveia

Rua Antônio Pereira Baé, CEP: 58540-000

E-mail: ac.soares20@hotmail.com

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Dados do entrevistado:
 - Nome
 - Idade
 - Cidade natal
 - Cidade atual
 - Profissão
 - Anos de mandatos
2. O que te motivou a ser uma representante legislativa da sociedade na câmara Municipal? O que te levou a candidatar-se?
3. Antes de ser vereadora que participação política você tinha na sociedade?
4. Que dificuldades você tem encontrado em sua trajetória política
5. Que contribuições enquanto representantes legislativa você traz para a sociedade feminina ?
6. Enquanto vereadora que medidas legais, dentro da câmara você tem tomado para proporcionar melhores condições de vida às mulheres?
7. Quais ações você pode citar que são desenvolvidas em pró as mulheres na câmara ?
8. Como você enxerga a participação das mulheres, das vereadoras nas seções da câmara?
9. existe reivindicações por direitos da mulher?
10. Qual nível de interação das mulheres da sociedade com o poder legislativo ?
11. Que dificuldades você encontra dentro da câmara?
12. Por ser uma mulher você percebe se existe algum preconceito de gênero?
13. Fazendo uma auto-avaliação como você enxergar sua participação política, suas atividades dentro da câmara?
14. No geral como você avaliaria a participação política da mulher no cariri e no resto do país?
15. Você gostaria de acrescentar algo que não foi falado anteriormente ou fazer alguma crítica ou comentário.